

Aconteceu

Foto inocente sem-terra da morte de PM

O sem-terra José Carlos Govaski, acusado de matar o soldado Valdeci de Abreu Lopes durante conflito no dia 8, em Porto Alegre, já estava preso quando ocorreu o

crime. Fotografia de Carlos Rodrigues (Ag. Estado) mostra Govaski sendo preso por volta das 11h40. O soldado Valdeci foi morto depois, seis quarteirões dali. (página 6)

Carlos Rodrigues/AE



O sem-terra José Carlos Govaski (com as mãos na cabeça) sendo detido na Praça da Matriz, antes do crime

PT é o preferido dos eleitores paulistas

O Ibope aponta o eleitor petista como o mais fiel ao partido entre os paulistas. (página 3)

Governo quer aumentar o ano letivo em 10%

O governo quer reduzir feriados escolares e, com isso, aumentar o ano letivo em 10%. (página 15)

Congresso não derruba veto

O Senado não conseguiu quórum para derrubar o veto do presidente Collor à política salarial. O projeto traria de volta a indexação. O veto chegou a ser derrubado na Câmara. Com este resultado, os salários continuam a ser calculados pela MP 199. (página 2)

Vaticano ameaça Boff com mais uma punição

Leonardo Boff está ameaçado de punição por críticas à centralização do poder na Igreja. (página 8)

EUA deslocam forças ofensivas para o golfo

Forças norte-americanas foram deslocadas para a fronteira entre a Arábia Saudita e Kuait. (página 16)

Congresso mantém voto à lei salarial

O Congresso Nacional manteve o voto do presidente Fernando Collor de Mello à política salarial. Com este resultado, os salários continuam a ser calculados pelas normas da Medida Provisória 199, que estabelece a livre negociação, repõe as perdas salariais anteriores ao Plano Collor e dá abono de Cr\$ 3 mil para quem recebe até Cr\$ 23 mil. O projeto vetado pelo presidente traria de volta a indexação, ou seja, reajuste salarial de acordo com o índice inflacionário.

O voto do presidente chegou a ser derrubado na Câmara dos Deputados por 265 votos a 125 (com três abstenções). No Senado, entretanto, a oposição não conseguiu reunir a maioria absoluta (mais de 50% dos votos).

Apenas 34 senadores se manifestaram contra o voto, quando seriam necessários 38 votos. O governo teve no Senado 24 votos favoráveis. Foram registradas duas abstenções.

Diante da derrota, as bancadas de oposição ao governo tentarão modificar a Medida Provisória 199, através de um projeto de conversão que inclua a indexação salarial vetada pelo presidente. Pelo projeto, trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos teriam reajustes mensais, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor. Quem ganha entre cinco e dez salários mínimos receberia reajustes trimestrais e, acima desse valor, ficaria estabelecida a livre negociação. (O Estado de S. Paulo, 23/08/90)

Bird diz que pobreza no Brasil aumentou na década de 80

Cresceu o número de pobres no Brasil na década de 80. Em 1984, havia perto de 33 milhões de brasileiros pobres, número que saltou para 33,2 milhões em 1988, segundo dados do Relatório Anual do Banco Mundial (Bird), que neste ano analisa o nível de pobreza no mundo. O Bird considera pobre todo cidadão com uma renda inferior a US\$ 370.

Para os autores do relatório, contudo, a década de 80 não foi total-

mente perdida, considerando que boa parte do mundo progrediu, exceto a América Latina, Caribe e países africanos abaixo do Saara, não incluindo a África do Sul. A renda per capita da América Latina nos anos 80 declinou 0,1%. O crescimento econômico nessa região atingiu uma média de 1,6 ao ano, muito inferior aos países da Ásia do Leste, onde se inclui a China, com um crescimento anual de 8,4%. (Gazeta Mercantil, 21/08/90)

Nova lei para aluguel vai facilitar despejo

As novas regras para os aluguéis facilitarão a retomada dos imóveis pelos proprietários. Além de reduzir o prazo de revisão judicial dos contratos de cinco para três anos, o governo estuda uma forma de tornar mais rápida a ação de despejo. Desde maio, vêm sendo preparadas as alterações na lei do inquilinato. A idéia era instituir as novas normas de reajuste dos aluguéis: o período mínimo de atualização das prestações passaria para seis meses e as partes teriam liberdade para definir os índices de correção. (Folha de S. Paulo, 21/08/90)

Governo põe à venda treze estatais

O presidente Fernando Collor definiu o primeiro grupo de 13 estatais a serem privatizadas, que inclui: Companhia Siderúrgica do Nordeste, Aços Finos Piratini, Companhia Siderúrgica de Tubarão, Usiminas, Usiminas Mecânica, Mafersa, Companhia Petroquímica do Sul, Mineração Caraboba, Goiás Fertilizantes, Indústria Carbocimática Catarinense e as participações acionárias da Petroquisa na Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene) e nos Pólos Petroquímicos de Camaçari (BA) e Triunfo (RS). (Folha de S. Paulo, 17/08/90)

Aconteceu

Nº 548

21 de agosto a 4 de setembro de 1990

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 242-8847
Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544

Editor
Edmilson Zanetti
MTb 15.192

Editor de arte
Flávio Irala

Editores assistentes
Ângela Galvão
Célio Correia de Castro
Elie Ghanem
Fany Ricardo
Magali do Nascimento Cunha
Marita Regina de Carvalho

Secretaria de redação
Beatriz Araújo Martins

Diagramação
Marta Cerqueira Leite Guerra

Paginação
Alfredo Salvador Vieira Coelho

Fotolitos e Impressão
Tribuna da Imprensa/RJ

Aconteceu é uma publicação quinzenal do CEDI que reúne notícias dos jornais de maior circulação no país — que não necessariamente estão reproduzidas na íntegra — e colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. **Aconteceu** conta com a participação dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil (PIB), Movimento Camponês/Igrejas (MC/I), Educação e Escolarização Popular (EEP), Memória e Acompanhamento do Movimento Operário (MO) e Assessoria à Pastoral (Pp). As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Santo Amaro, 129, CEP 22211 — Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 — Rio de Janeiro — CEP 22221.

Assinatura anual
Cr\$ 400,00
Assinatura de apoio
Cr\$ 500,00
Assinatura exterior
US\$ 50

O PT é o partido preferido dos paulistas

O PT é hoje o partido preferido entre os eleitores paulistas que escolhem seus candidatos de acordo com a legenda, ou seja, pouco mais de 25% do eleitorado. Nesse universo, o eleitor petista surge como o mais fiel ao partido, com 11% das simpatias apuradas. Isto acontece ao mesmo tempo em que seu candidato ao governo, o deputado Plínio de Arruda Sampaio, apresenta índices de intenção de voto em torno dos 3%. No caso inverso aparece Paulo Maluf, do PDS, que lidera as pesquisas de opinião, enquanto apenas 7% dos paulistas apreciam sua legenda. O

que mostra, mais, uma vez, que o eleitor não associa seus candidatos a partidos.

Estes dados despontaram numa análise dos resultados da pesquisa do Ibope, realizada entre 18 e 23 de julho no Estado, antes do início do horário gratuito na televisão. Nesse período, o eleitor se mostrou alheio à sucessão estadual. Do total, 35% demonstraram interesse mediano pela eleição e 34% disseram não ter nenhum interesse. Apesar da apatia, a grande maioria do eleitorado prova que sabe priorizar os problemas de seu dia-a-dia. A principal dor de

cabeça dos paulistas chama-se desemprego, seguido da segurança, assistência médica, cuidado com os menores abandonados e a habitação e esgotos.

O partido teria mais chances de ter a maior bancada partidária do Estado na Câmara dos Deputados. Descontados os significativos 35% dos eleitores que, até o final de julho, não pretendiam votar em nenhuma das legendas e 38% que ainda não haviam definido um candidato, 9% se diziam decididos pelos petistas, contra 5% do PMDB, 5% do PDS e 2% do PSDB. (*Jornal da Tarde*, 14/08/90)

Erundina promete vetar projeto do PDS que atinge migrante

A prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, que é paraibana, disse estar bastante "magoada" com a apresentação do projeto de lei de autoria do vereador Bruno Féder (PDS), que proíbe o acesso a serviços e benefícios municipais aos desempregados há mais de dois anos e aos migrantes que há menos de dois em na cidade.

"Se o projeto passar pela Câmara, vou vetar. Se derrubarem meu voto, entrarei na Justiça e buscarei todos os meios para evitar que esse crime seja cometido contra os nordestinos", disse Erundina. Féder afirma que não vai retirar o projeto e a idéia "é justamente provocar a discussão e alertar para o problema do saturamento dos serviços públicos da cidade". (*Folha de S. Paulo*, 15/08/90)

Maioria ainda se sente prejudicada pelo plano Collor

A maioria da população ainda se considera mais prejudicada do que beneficiada pelas medidas econômicas após cinco meses do Plano Collor. Esta é uma das conclusões da pesquisa DataFolha feita em dez capitais do país, no dia 10 de agosto. Os que se sentem mais prejudicados são as mulheres (54%), seguido pelos homens (52%), na faixa etária de 26 a 40 anos, com segundo grau de escolaridade.

Agora um em cada quatro (24%) diz-se beneficiado pelo plano e 21% não sentiram qualquer mudança no seu padrão aquisitivo. Os percentuais são praticamente os mesmos contados no mês de junho. Na época, 20% haviam melhorado e 16% não disseram que não melhorou nem piorou.

Os descamisados, alvo preferen-

cial da campanha eleitoral de Fernando Collor à Presidência da República, permanecem como os que se sentem mais atingidos pelo plano: 57% com renda familiar mensal até cinco salários mínimos (Cr\$ 26.017,30) responderam que o plano prejudicou mais do que beneficiou. Na faixa de cinco a dez salários mínimos (Cr\$ 52.034,60), a mesma resposta foi dada por 52% dos entrevistados e por 51% dos que ganham acima de dez salários mínimos.

Para 53% dos entrevistados, o poder de compra hoje é menor do que antes Plano Collor. Essa taxa é ligeiramente inferior à detectada na pesquisa anterior: 58%. Para 26%, o poder aquisitivo continua igual ao que era e 19% acham que é maior. (*Folha de S. Paulo*, 15/08/90).

Anistia pede investigações sobre grupos de extermínio

O vice-presidente da Anistia Internacional, Brace Waly Ndiaye, solicitou ao presidente Fernando Collor que sejam realizadas investigações urgentes de todos os casos em que haja suspeita de execuções extrajudiciais cometidas por policiais ou esquadrões-da-morte. De acordo com um documento entregue a Collor por Ndiaye, o governo brasileiro precisa adotar

medidas para que policiais e carcerários não tenham dúvidas de que serão punidos se cometem alguma violação aos direitos humanos.

No documento recebido por Collor, a Anistia Internacional lista 12 sugestões para que o Brasil melhore o cumprimento aos direitos humanos. Entre os pedidos feitos ao governo brasileiro estão a necessidade de que

todos os policiais envolvidos em prisões e mortes de pessoas sejam identificados e o dever de que advogados e parentes possam visitar os presos logo após a detenção. O documento afirma que a Anistia Internacional tem "evidências recentes" de que a Polícia Civil e os juízes não respeitam esses direitos. (*Folha de S. Paulo*, 20/08/90)

Governos discutem quem participará da conferência da ONU

O encontro do comitê preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que acontece até o final do mês em Nairobi, no Quênia, produziu uma dúvida delicada. O nó ocorreu ao ser analisada pelas 42 delegações presentes a proposta do canadense Maurice Strong, secretário-geral da Conferência que o Brasil sediará em 1992. Era tido como certo que sua sugestão, de permitir a participação de entidades não governamentais na preparação do evento, seria acatada por consenso — mas não foi assim.

A proposta de Strong estava fragmentada em quatro linhas. Ele propôs que as entidades não governamentais registradas formalmente no Conselho Econômico e Social da ONU participassem das três próximas reuniões que o comitê preparatório realizará antes da Conferência. Sugeriu, também, que o comitê preparatório se reunisse, em encontros informais, com entidades não governamentais, antes de cada encontro e que a participação desses grupos estabelecesse uma paridade entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Finalmente, para garantir e estimular a participação das não governamentais (ONGs), elas deveriam ser continuamente informadas sobre o andamento dos preparativos da Conferência.

Ocorreu, no entanto, uma dúvida de interpretação de dois parágrafos

da Resolução 44/228, da ONU, data da de 22 de dezembro de 1989 e que estabelece as diretrizes para a Conferência de 1992. O parágrafo 11 convoca todos os países membros a participar da preparação da Conferência e a preparar relatórios nacionais sobre os problemas de meio ambiente e desenvolvimento e incentiva a cooperação de cientistas, indústrias, sindicatos e ONG.

No parágrafo seguinte, o 12, é solicitada a participação das ONG que tenham status consultivo junto à ONU — e que são poucas, em todo o mundo — a contribuir na Conferência. "Foi af que se instaurou a polêmica", diz o representante do Fórum das ONG no Brasil, Rubens Harry Born. "Houve quem entendesse que o parágrafo 11 abria a participação das entidades não governamentais na preparação da Conferência e que o 12 restringia tal participação às entidades devidamente cadastradas na ONU".

Anthony Gross, coordenador de meio ambiente e desenvolvimento do Centro Ecumênico de Documentação e Informação, que também esteve em Nairobi, conta que a dúvida foi levantada por duas delegações — a da Mauritânia e a da Tunísia. Elas alegam que o comitê preparatório não tem poder para decidir se as entidades não governamentais podem ou não participar da preparação do evento. (*Gazeta Mercantil*, 18/08/90)

Meio ambiente ganha US\$ 117 mi do Bird

O Brasil e o Banco Mundial (Bird) assinaram em Washington empréstimos no valor de 117 milhões de dólares (cerca de Cr\$ 8 milhões no câmbio comercial) para aplicação no Plano Nacional de Meio Ambiente, a ser gerenciado pelo Ibama. O convênio foi assinado pelo presidente do Bird, Barber Conable, e pelo procurador-geral do Ministério da Economia, Luiz Machado Fracarolli. (*Correio Braziliense*, 15/08/90)

Ibama vai repassar recursos

Com os recursos do Bird o Plano Nacional de Meio Ambiente pretende investir em desenvolvimento de tecnologia ambiental e estudos de impacto de obras sobre o meio ambiente, na proteção do Pantanal Matogrossense, na formação de pessoal especializado, em programas de educação ambiental, além de outros. Regiões ameaçadas de devastação, como a Amazônia, a Mata Atlântica e o litoral também serão beneficiadas. (*Correio Braziliense*, 15/08/90)

Nasa e Inpe vão estudar poluição no Atlântico

Cientistas de todo o mundo estão preocupados em identificar e estudar as origens de uma grande mancha de poluição parada no ar sobre o Oceano Atlântico. Trata-se de uma região muito grande, com elevada concentração de partículas de carbono e de ozônio detectadas pelos satélites. A primeira suspeita é de que ela foi produzida pelas queimadas da Amazônia, ou das savanas africanas, e levada para o oceano pelas correntes atmosféricas.

Para conhecer melhor essa mancha de poluição, um grupo de cientistas dos EUA, Brasil, Alemanha e Itália estão elaborando um programa conjunto a ser executado no segundo semestre de 1992 com a ajuda de foguetes, satélites e um avião-laboratório.

A participação brasileira foi acertada durante uma reunião de representantes da Nasa, dos Estados Unidos, com diretores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Durante as pesquisas, um avião-laboratório DC-8 da Nasa, vai sobrevoar durante seis semanas várias regiões no eixo entre Cuiabá e Porto Velho, no litoral brasileiro e no Atlântico Sul, coletando amostras de ar para futuras análises de laboratório.

Na Amazônia e nos cerrados do Centro-Oeste serão recolhidas amostras de solo para análise química. A parte africana dessas pesquisas, concentrada na costa oeste do continente, ficará a cargo de cientistas italianos e alemães. (*O Globo*, 18/08/90)

Secretário-adjunto da Sema sai

O secretário-adjunto da Secretaria do Meio Ambiente, Altino Berthier Brasil, pediu demissão alegando motivos pessoais. O substituto dele será o chefe do Departamento Técnico-Científico e Relações Internacionais da Secretaria, Eduardo Souza Martins. Berthier ganhou notoriedade nacional devido a vários livros publicados sobre Amazônia, fruto de 17 anos de trabalho na região. Foi para a Secretaria a convite de Lutzemberger. (*Gazeta Mercantil*, 22/08/90)

Centro vai ensinar como fazer turismo sem agredir o meio ambiente

A centenária Vila de Paranapiacaba vai ganhar um Centro de Educação Ambiental. Dentro de dois anos, os turistas — que hoje invadem as ruas estreitas, de paralelepípedos, dessa cidade ferroviária construída pelos ingleses a partir de 1854, com suas trilhas que descem a Serra do Mar em direção ao Vale dos Quilombos, em Santos — contarão com local próprio de atendimento e orientação, para evitar a degradação do patrimônio.

Os acertos foram ratificados entre a Superintendência Regional da Rede Ferroviária Federal e a Fundação SOS Mata Atlântica, através de dois convênios. De imediato, a empresa cederá à fundação um dos imóveis restaurados de Paranapiacaba, que servirá de base provisória para o trabalho de implantação do centro. Nele será desenvolvido o projeto de recuperação da antiga Casa da Pensão, uma das dez típicas construções da vila e futura sede do Centro de Educação Ambiental de Paranapiacaba, onde serão instalados um posto de informações para turistas, um auditório para cem pessoas, uma biblioteca, salão de exposições, sanitários e cozinha. (*Jornal da Tarde*, 18/08/90)

Preservação da Juréia gera tensão

Um compromisso diferente tirou o secretário estadual do Meio Ambiente de São Paulo, Jorge Wilheim, do conforto de seu gabinete, na semana passada. Preocupado, o secretário se deslocou até a Estação Ecológica da Juréia, um dos últimos redutos naturais preservados do país, a cem quilômetros da capital, para tentar aplacar o clima de tensão e descontentamento da população local.

Em nome da conservação da fauna e da flora que compõem a estação, os órgãos responsáveis por sua manutenção — Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Secretaria Estadual do Meio Ambiente — têm tomado decisões que estão sufocando os 3 mil moradores da Juréia. Acuados pelas novas regras estabelecidas para a área, cerca de 350 famílias se sentem impedidas de desempenhar atividades tradicionais que garantem há anos a sua sobrevivência.

“Já perdi a conta de quantas vezes eu e minha família fomos multados”, conta a agricultora Diva Trigo, de 32 anos, nascida e criada no Despraiado, um bairro da Juréia. O delito que motivou as multas foi o desmatamento de pequenas áreas de sua propriedade para fazer o rodízio de culturas, única tecnologia agrícola.

cola conhecida na região. A pesca, outra prática comum, também está proibida.

Desde que a estação foi criada, em 1986, a população travava uma luta malsucedida para manter em bom estado de conservação as três estradas que cortam a área sob proteção do Ibama e da secretaria. “Tivemos que parar as obras e a prefeitura de Peruíbe que nos emprestou o trator ainda foi multada pelo Ibama”, conta João Takaoka, presidente da Sociedade Amigos da Barra do Una — um dos nove aglomerados populacionais da Juréia — ao olhar com amargura para o trator encostado e para a estrada lamacenta que liga o vilarejo à cidade de Peruíbe.

Segundo os lavradores, a fiscalização da secretaria e do Ibama chegou a ser tão implacável que até mesmo enxadas e foices foram recolhidos. “Agora, sem estradas nem ônibus, nem as crianças têm condições de ir para a escola”, reclama Diva.

Dentro da estação existem apenas três escolas primárias. A maior parte das crianças que já concluiu o primeiro grau nestes colégios simplesmente parou de estudar. “Eles querem transformar a gente em bicho também”, acusa Diva. (*O Estado de São Paulo*, 09/07/90)

Casca de arroz poderá ser fonte energética

A Cooperativa Agrícola Imembuy, de São Borja, pretende instalar naquele município gaúcho, na fronteira com a Argentina, um projeto pioneiro de geração de energia elétrica a partir da queima de casca de arroz, numa termelétrica com caldeiras de leito fluidizado e capacidade para até 1,25 megawatt (MW).

Com custo estimado em 2,1 milhões de BTNF (Cr\$112 milhões), o projeto já teve financiamento correspondente à metade desse valor aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), segundo o presidente da cooperativa, Geraldo Luchese. Sua viabilização, entretanto, depende de isenção de ICMS até o equivalente

a 30% do investimento e da contribuição da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), à qual está sendo pleitado subsídio de energia por uma ano.

Fontes da CEEE informaram, porém, que é pouco provável que a concessionária atenda à pretensão da Cooperativa Agrícola Imembuy.

O projeto desenvolvido pela construtora Sampatício Ltda., da vizinha cidade de Itaqui, deve dar entrada nos próximos dias no Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), para autorização de geração própria de energia pela cooperativa.

O engenheiro Edmundo Fernandes da Silva, assessor técnico do distrito do

DNAEE no Rio Grande do Sul, adiantou que o órgão apóia inteiramente a iniciativa e que outras unidades movidas a casca de arroz devem ser incentivadas, tanto na fronteira com a Argentina quanto na região central e no sul do estado, grandes regiões produtoras e beneficiadoras de arroz.

O uso da casca de arroz por termelétricas desse tipo contribuiria também com o meio ambiente, pois esse subproduto normalmente é queimado a céu aberto. “A casca de arroz é um problema, não se tem o que fazer com ela, pois não serve como adubo, pela concentração de silício”, disse o presidente da Cooperativa Imembuy. (*Waldo Teixeira/Gazeta Mercantil*, 07/08/90)

Questão agrária é tratada como caso de polícia

O governo anunciou, no último dia 15, o pacote agrícola para a safra 90/91. O documento não toca no problema da distribuição de terras no País — foco de tensões que se espalham do Rio Grande do Sul ao Pará, envolvendo cerca de um milhão de famílias.

Segundo a Constituição, a política agrícola deve ter a participação dos produtores e trabalhadores rurais a ser compatibilizada com a reforma agrária. Mas o pacote restringiu-se às questões de financiamento do plantio e comercialização da safra, com a divulgação da liberação de recursos da ordem de Cr\$ 446,5 bilhões este ano. Além disso, procura incentivar a regionalização da produção de grãos, definindo preços mínimos afastados das grandes regiões consumidoras. Pode, com isso, penalizar áreas como o Centro-Oeste, com o risco de promover migrações rurais.

Embora o governo pareça inclinado a encarar os mais como um caso de polícia do que como o efeito de uma questão política que permaneça sem solução. Na fazenda Anoni, a 400 quilômetros de Porto Alegre, 1.700 famílias por dois anos envolveram-se em escaramuças com a polícia e o pior só não aconteceu porque o

Foto mostra que colono foi preso antes da morte do PM

Um dos sem-terra acusados de matar o soldado Valdeci de Abreu Lopes já estava preso quando ocorreu o crime. Uma fotografia feita por Carlos Rodrigues, da Agência Estado, mostra José Carlos Govaski, indicado como co-autor do assassinato, sendo preso por PMs ainda na Praça da Matriz, por volta das 11h40 do dia 8. O soldado Valdeci foi morto instantes mais tarde, a seis quarteirões desse local. O delegado Ivan Carlos da Matta, que está ouvindo as testemunhas, considerou a fotografia de "extrema importância".

O advogado Luiz Goulart relacionou vários itens que considera ilegais para a decretação da prisão preventiva e do flagrante. Ele afirma que todas as testemunhas apresentadas pela polícia fazem descrições diferentes dos homens que teriam matado o soldado, além de terem conversado entre si durante o processo de identificação. Também relacionou o depoimento de um médico e de uma doadora de sangue que afirmaram ter visto Otávio Amaral ser atendido no pronto-socorro no horário do crime. (*O Estado de S. Paulo*, 18/08/90)

governo gaúcho comprou terras a preços de mercado para assentear mil delas.

"Estamos apenas apagando incêndios. A qualquer momento podemos perder o controle e o fogo poderá se alastrar com consequências imprevisíveis", diz o secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, Marcos Palombini. Ele quer que o ministro

da Agricultura abandone a postura retórica que adotou desde a posse, arregace as mangas e enfrente o problema. Dessa virada depende, em parte, o destino do lavrador Otávio Amaral, 26 anos, acusado por sete pessoas de ter desferido o golpe de foice que matou o PM Valdeci. Ele tem a seu favor o depoimento do jornalista Luiz Reni Marques, chefe da sucursal do diário Folha de Hoje, de Caxias do Sul, que descreveu o assassino como sendo outro homem, ainda não identificado. A coordenação dos sem-terra quer engrossar a defesa de Amaral com um argumento político: o soldado morto e o lavrador seriam personagens de um mesmo drama, o conflito pela terra, estimulado pela inércia governamental.

O ministro da Agricultura insiste na tese de que as invasões são adubadas por militantes do PT e da Pastoral da Terra, com o objetivo de obrigar o governo a agir sob pressão. Politicamente os conflitos não interessam a nenhuma das partes. Mas a solução é difícil e a situação tende a se agravar, se a questão não for tratada politicamente. Uma das saídas está no apressamento da regulamentação da Constituição pelo Congresso, no capítulo relativo à reforma agrária. (*Isto É/Senhor*, 22/08/90)

Principais pontos do pacote agrícola

O governo federal anunciou, no último dia 15, as novas medidas econômicas de política agrícola. Eis alguns dos seus principais pontos:

- Preços mínimos tiveram aumentos reais de até 59%, privilegiando os produtos da cesta básica e incentivando a regionalização dos preços.
- Os juros do crédito agrícola caem a 9% ao ano, para os recursos do Tesouro, da aplicação compulsória dos bancos e do imposto de renda agrícola. Na safra passada, a taxa era de 12%.
- Regulamenta o Imposto de Renda para os produtores ru-

rais e cria o Fundo de Financiamento da Agricultura, com arrecadação prevista em Cr\$ 50 bilhões.

- Destina recursos de Cr\$ 446,5 bilhões para a safra 90/91.
- Reduz em média 50% as alíquotas de importação para insumos, máquinas e equipamentos agropecuários.
- Libera recursos do financiamento do Banco Mundial para a exportação de produtos agrícolas, com disponibilidade de US\$ 140 milhões.
- Valor Básico de Custo (VBC) calculado com base nos gastos efetivos de lavoura. (*Isto É/Senhor*, 22/08/90)

Mais uma vez governo exclui trabalhadores

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) vai inaugurar no Sul uma nova estratégia no trato dos conflitos agrários, com a implantação do Centro de Seleção e Treinamento (CST). Numa área de mil hectares serão instaladas provisoriamente as 1.500 famílias que se encontram acampadas na Fazenda Boa Vista, em Cruz Alta. Enquanto aguardam assentamento definitivo, elas passarão por uma triagem do Incra. (*O Globo*, 16/08/90)

Falsa democracia

Para não reincidir em pacotes autoritários a ministra Zélia chamou a Brasília dois representantes do setor agrícola: Roberto Rodrigues, da OCB, e Pedro de Camargo Netto, da Sociedade Rural Brasileira. Retalhou alguma medida, e anotou sugestões. Nem todas foram acolhidas. E os representantes dos trabalhadores onde estão? (*O Estado de S. Paulo*, 18/08/90)

Ministério paralelo

Reuniu-se dia 21 no Congresso o "ministério paralelo" do PT para agricultura e reforma agrária, coordenado pelo ex-presidente do Incra José Gomes da Silva. Pretende apresentar suas prioridades em reforma agrária e perguntar ao ministro Antônio Cabrera o que ele tem em vista no setor. (*O Globo*, 21/08/90)

Osmarino diz que morre 'após a eleição'

O secretário do Conselho Nacional dos Seringueiros, Osmarino Amâncio Rodrigues, denunciou mais uma vez, dia 20, que um grupo de fazendeiros e políticos do Acre têm um plano para matá-lo e a outros líderes caídos da região, após as eleições. Que o destacamento da PM — aí puri — onde Chico Mendes morreu — informou um grupo de pessoas sobre uma lista de 25 nomes para a morte, encabeçada. (*O Globo*, 21/08/90)

Apesar das poucas informações sobre este CST, algumas indagações logo se fazem presentes. Primeiro, quais serão os critérios desta "triagem"? Não poderão eles se traduzir em mecanismos de exclusão e/ou serem usados enquanto argumentos contra o Movimento dos Sem Terra (MST), no sentido de que nem todos os acampados seriam sem terra? Em segundo lugar, não deixa de causar espanto que o Incra, sempre tão ausente, assuma agora uma postura tão "ofensiva", em nenhum momento porém se propondo a abrir diálogo com o MST.

Não estaria aí mais uma vez reafirmada a estratégia do governo de excluir dos processos decisórios interlocutores tais como o MST e a própria CUT? (Mariana Pantoja/CEDI, 21/08/90)

Berrante da UDR muda de tom

A UDR mete medo hoje aos próprios ruralistas que a fundaram. Eles temem que a marcha à ré engatada no dia seguinte a eleição presidencial, quando Ronaldo Caiado obteve 1% dos votos, termine num desastre irremediável. As regionais da UDR fecham uma atrás da outra. Em São Paulo, sete em 21. Em Minas, 22 em 55. Goiás, algo como vinte em 55. No Paraná, esvaziamento da regional de Londrina.

De fato, parece haver uma certa alteração na cara pública da UDR. O que suas lideranças estão ora interessados é em tocar o berrante para reunir votos e eleger deputados que possam defendê-los quando as leis agrícolas forem votadas para arredondar a nova Constituição. Por outro lado, se por um lado isto é indicativo de um certo reordenamento da en-

tidade em função de seu esvaziamento atual, não deve-se entender que a UDR esteja ausente ou sem forças nos lobbies junto ao Ministério da Agricultura. Para isto, basta observar o comportamento do atual ministro, Antônio Cabrera.

No Ministério, Antônio Cabrera tratou de fazer o jogo em dois cenários. Na teoria, negou qualquer laço histórico com a UDR e Caiado, procurando sedimentar uma imagem de estudioso da problemática agrícola e fazendeiro modelo. Na prática, não feriu uma única vez o ideário da UDR. Despolitizou a reforma agrária. Tirou o Ministério de qualquer litígio que envolva terras invadidas, de forma a enfraquecer os dois maiores inimigos da entidade, o PT e a Pastoral da Terra. (*Isto É/Senhor*, 15/08/90)

Acordo só sairá com o fim da greve

Estão em greve desde o dia 7 de agosto cerca de 400 canavieiros da Barrocão Agropecuária de Pompéu. De acordo com o assessor da diretoria José Laurindo de Melo, a empresa contabiliza um prejuízo de Cr\$ 1,2 milhão/dia, e somente negociará "se os canavieiros retornarem ao trabalho". O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, Ivo de Castro, afirma que os canavieiros decidiram permanecer em greve até o atendimento de suas reivindicações.

Os canavieiros decidiram entrar em

greve por causa do descumprimento pela empresa da convenção coletiva acordada em dezembro de 89. Ivo denuncia que os canavieiros vêm trabalhando 48 horas de segunda a sábado, enquanto o certo seriam 44. Afirma ainda que empresa não fornece equipamento necessário como enxadas, luvas, botinas, chapéu e capas para o período chuvoso. Reclama também da discriminação de trabalhadores pagando a alguns Cr\$ 0,10 por metro de cana e a outros Cr\$ 0,30. (*O Estado de Minas/Belo Horizonte*, 11/08/90)

Vaticano ameaça frei Boff com nova punição

O Vaticano ameaça punir novamente o teólogo brasileiro Leonardo Boff, por suas críticas à centralização do poder na Igreja e ao controle hegemônico da ortodoxia que, segundo ele, estariam sendo impostos pela Santa Sé. Boff criticou abertamente o "centralismo" romano em artigos publicados no final do ano passado nas revistas *Vozes* e *Eclesiástica Brasileira* (REB), ambas das Editora *Vozes* (da Ordem dos Frades Menores Franciscanos).

No artigo "Um projeto do Vaticano para a América Latina", publicado em dezembro de 89 na revista *Vozes*, Boff critica a predominância na nomeação de bispos considerados "conservadores" e um eventual desejo do Vaticano de reduzir o poder das conferências episcopais. Três artigos publicados por Boff estão sendo questionados por "desvios doutrinários" pela Congregação Vaticana para a Doutrina da Fé (ex-Santo Ofício ou Inquisição Romana e Universal).

No artigo "Evangelização a partir da cultura dos oprimidos", publicado na REB em dezembro de 89, Boff condena o que considera um exemplo de "triunfalismo" da Igreja europeia ao ressaltar a importância da evangelização na América Latina. O teólogo vê a catequização da re-

gião no passado como um "massacre de culturas".

A tese de Boff e dos seguidores da Teologia da Libertação é considerada grave pela Cúria Romana, que quer "recristianizar o mundo" e busca novas formas para a propagação do catolicismo. Há o choque entre as visões de autoridades romanas que pregam uma "nova evangelização" e de Boff, que vê essa ofensiva como um outro "massacre" sobre diversas culturas.

O prefeito da Congregação para Doutrina da Fé, Joseph Ratzinger, que veio ao Brasil recentemente, enviou carta ao superior geral da ordem dos Frades Menores, John Vaughn, relatando as restrições da Santa Sé às teses de Boff.

Vaughn enviou carta ao provincial dos Franciscanos de São Paulo e do Rio, frei Estevão Ottembreit, que encaminhou a questão para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O Vaticano quer que a Comissão Episcopal de Doutrina da entidade estude os textos e assuma uma eventual punição. A Comissão deverá analisar os artigos em sua próxima reunião, no dia 24 de setembro.

Na opinião do bispo d. Boaventura Kloppenburg, de Novo Hamburgo (RS), um dos principais represen-

Douglas Mansur/Imagens da Terra



Boff: crítica à nomeação de conservadores

tantes da chamada corrente "conservadora" da Igreja Católica, o teólogo "reaparece de corpo inteiro nesse artigo, como a mesma figura de cinco ou seis anos atrás". Em sua opinião, "essa proposta de reinterpretação quer esvaziar a doutrina do Concílio Vaticano 2º".

Kloppenburg apontou perigos nessa reinterpretação "pois muitas pessoas leem frei Boff e vão querer seguirlo". (*Folha de S. Paulo*, 12/08/90; 20/08/90)

CNBB defende ação social no Sínodo em Roma

Os bispos brasileiros vão levar ao "Sínodo sobre Formação Sacerdotal", que acontecerá em Roma entre 3 e 28 de outubro, várias propostas de modificação do documento básico elaborado pelo Vaticano. As propostas foram definidas entre 14 e 16 de agosto, quando 13 bispos se reuniram em Brasília. O clero brasileiro quer que a formação dos novos sacerdotes dê ênfase à preparação para a atuação no movimento social.

O documento do Vaticano dá prioridade à "ação religiosa" da Igreja, deixando em segundo plano a atuação social, que tem marcado a ação dos sacerdotes brasileiros. Nas pro-

postas de modificação os bispos do Brasil não questionaram a "base religiosa" da ação dos sacerdotes, mas amplia a importância da atuação junto à sociedade.

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, disse que "a atuação social da Igreja depende de sua atuação religiosa, mas no Brasil a necessidade do povo é social e os sacerdotes precisam participar".

Os sínodos são convocados pelo papa e reúnem bispos de todos os países. Esta será a oitava reunião desse tipo e pretende redirecionar os métodos para formação de sacerdotes.

D. Luciano admitiu que a atuação social da Igreja deve ser questionada "porque muitos acham que os sacerdotes estão se envolvendo exageradamente na política e esquecendo sua função religiosa".

A maior parte das propostas de modificações apresentadas pelos bispos brasileiros se refere à primeira parte do documento do Vaticano, que analisa "as circunstâncias onde sacerdotes devem atuar". D. Lu no disse que o clero do Brasil era que "o julgamento das circunstâncias inclua com mais atenção como a violência, a ecologia, desigualdades sociais". (*Folha de S. Paulo*, 18/08/90)

'Vem, Espírito Santo, renova toda a criação'

Vai acontecer entre os dias 7 e 20 de fevereiro de 1991 em Canberra, Austrália, a Sétima Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Sob o tema "Vem, Espírito Santo, renova toda a criação", aproximadamente 3500 pessoas, entre leigos, jovens e mulheres, representando cerca de 350 milhões de cristãos, estarão participando da Assembléia, que está sendo considerada uma das reuniões ecumênicas de igrejas de maior representatividade a ser celebrada na era moderna. Além das igrejas membros, estarão presentes representantes de comunhões cristãs mundiais, entre as quais a Igreja Católica Romana, órgãos ecumênicos mundiais, outras organizações internacionais e conselhos de igrejas e membros de outras confissões religiosas.

Dentro da programação, os cultos

serão o ponto central da Assembléia, e refletirão a rica variedade de tradições espirituais, litúrgicas e culturais das igrejas membros do CMI. As sessões plenárias apresentarão o tema e os subtemas da Assembléia, questões sobre a Unidade, a Justiça, a Paz e a Integridade da Criação, solidariedade das igrejas com as mulheres, e o discernimento das igrejas à voz do Espírito. Os subtemas fazem referência a problemas e questões teológicas e sociais: "Doador da Vida, mantém tua criação"; "Espírito de Verdade, liberta-nos"; "Espírito de Unidade, reconcilia teu povo"; e "Espírito Santo, transforma-nos e santifica-nos".

A Assembléia é o órgão direutivo supremo da organização ecumônica, que conta com 311 igrejas-membros de mais de cem países. (Paulo Roberto Salles Garcia/CEDI, 20/08/90)



Continua caça ao voto evangélico

O candidato do PSDB ao governo do Estado do Rio de Janeiro, Ronaldo César Coelho, também tentou tirar uma "casquinha" gorda da fatia do eleitorado — membros de igrejas evangélicas —, ao comparecer ao templo da Casa da Bênção do bairro de Quintino, onde 2500 fiéis se comprimiram para celebrar seu culto. Se não tivesse chegado com mais de duas horas de atraso, quando o culto já havia acabado, o candidato tucano teria discursado de uma tribuna privilegiada, como fizeram o deputado estadual Waldir Vieira (PDC), que tenta a reeleição, e o jornalista José Nunes (PTR), candidato à Câmara dos Deputados.

Os dois foram escolhidos pelo pastor Cecílio Carvalho Fernandes, líder dos 70 mil fiéis dos 400 templos da Casa da Bênção, como candidatos oficiais da igreja às eleições. E isso deu-lhes o direito de improvisar um minicomitê eleitoral: na entrada da igreja, colocaram milhares de "santinhos" que, ao invés de Jesus Cristo ou de Nossa Senhora, estampavam fotos, nomes e números da dupla.

Segundo o pastor, a Igreja Universal tentará eleger quarenta deputados federais — média de dois por Estado — para "evitar que as esquerdas invadam o plenário para cassar as concessões de rádio e televisão à igreja". Indagado sobre o PT e os partidos comunistas, o pastor classificou-os de "coisas do demônio". (O Globo, 12/08/90)

Testemunhas de Jeová demonstram a força de sua fé no Brasil

As Testemunhas de Jeová, adeptos de uma organização religiosa que dobrou o número de fiéis na última década, participaram de 17 a 19 de agosto do Congresso "Língua Pura", em São Paulo. A seita, que conta no Brasil com cerca de 300 mil membros batizados e outros 300 mil simpatizantes, alugou os estádios do Pacaembu e Morumbi, onde reuniu cerca de 200 mil pessoas — um feito inédito.

O encontro é o primeiro de uma série de 111 congressos, que se realizarão até outubro em 67 cidades do País. É a maior manifestação da força de sua fé no Brasil.

Desde 1930, os adeptos da seita, que somam 3,8 milhões de fiéis em 212 países, reúnem-se anualmente para refletir sobre um tema previamente escolhido pelos anciões — integrantes da doutrina considerados pelos membros das congregações pessoas mais esclarecidas espiritualmente.

De acordo com Francisco Nadaleto, ancião de uma das Congregações, o congresso desse ano foi inspirado

Representantes de 14 países participaram do congresso, que realizou também o batismo de milhares de novos adeptos. Do lado de fora do congresso aconteceu uma "guerra santa" entre as Testemunhas e ativistas evangélicos do Instituto Cristão de Pesquisas, uma organização que reúne seguidores de diversas denominações evangélicas. Os ativistas distribuíram folhetos e, com faixas e cartazes, gritavam palavras de ordem contra as Testemunhas.

Segundo o pastor Paulo Romeiro, diretor do Instituto, "é preciso alertar os fiéis sobre esta seita assassina. Eles impedem que as crianças tomem vacinas e que os doentes recebam transfusões de sangue. Isso não está escrito na Bíblia. É apenas fruto da ignorância e do fanatismo". Um dos dogmas da religião condena a violência, e é por isso que eles se recusam a servir o Exército ou pegar em armas. (O Estado de S. Paulo, 17/08/90 e 18/08/90; Veja, 15/08/90)

Corrêa: nova impugnação

Novamente candidato, desta vez à Câmara dos Deputados, o pastor Armando Corrêa, atualmente no PFL, deverá ter a sua candidatura impugnada pelo TRE. O pastor, que tumultuou a eleição presidencial do ano passado ao tentar transferir na última hora sua candidatura pelo Partido Municipalista Brasileiro (PMB) para o empresário Sílvio Santos, foi condenado em 1978, em São Paulo, por calúnia e difamação. (O Globo, 16/08/90)

Collor troca presidente da Funai

O suboficial da reserva da Aeronáutica, Cantidio Guerreiro Guimaraes, 63, foi nomeado pelo ministro da Justiça, novo presidente da Funai. Cantidio vai substituir o coronel Airton Alcantara, que estava no cargo como interino.

A nomeação de Guerreiro, que já foi superintendente do órgão em Cuiabá, no período de junho de 86 a abril de 87, e depois foi assessor dos ex-presidentes da Funai, Romero Jucá e Iris Pedro de Oliveira, não agradou as lideranças indígenas que foram ao ministério para tomar conhecimento da indicação.

Contra Guerreiro e Romero Jucá corre um processo no Superior Tribunal de Justiça (STJ) por autorização ilegal de extração de madeira em reservas indígenas de Rondônia.

Guerreiro chefiou o departamento médico do órgão, mesmo sem formação profissional para a área.

No final do ano passado, no cargo de chefe de gabinete do consultor-

Queda de patente

Em 80 anos de existência, os órgãos de proteção aos índios foram presididos por um marechal (Rondon), por generais, coronéis e agentes da Polícia Federal. O novo presidente da Funai, Cantidio Guerreiro, é sargento. (*Folha de S. Paulo*, 17/08/90)

geral da República, Clóvis Ferreira Costa, Guerreiro fez um parecer autorizando o uso de uma rodovia de 38 km na reserva dos índios Waimiri-Atroari. O parecer foi aceito por Ferreira Costa. A procuradoria-geral da República considerou a decisão ilegal e mandou suspender o uso da rodovia, construída pela empresa de mineração Paranapanema. (*Folha de S. Paulo*, 17/08/90)

Pistas liberadas

A Operação Yanomami, para destruição de mais de cem pistas de pouso clandestinas na terra dos Yanomami, está com sua continuidade ameaçada, em sua segunda etapa, diante da decisão tomada pelo juiz federal Erinaldo dos Santos, de Boa Vista, que concedeu várias liminares autorizando o funcionamento de oito pistas. Em maio, Erinaldo dos Santos havia concedido liminar favorável ao empresário de garimpo Francisco Andrade, o Chico Jacaré, permitindo o funcionamento de cinco pistas clandestinas. (*Jornal do Brasil*, 10/08/90)

Sem recursos

A ação policial de retirar os garimpeiros da terra dos Yanomami está paralisada, acabou a verba federal e os agentes deslocados para Roraima estão parados. (*Folha de S. Paulo*, 17/08/90)

Caridade

O planejamento descoordenado do governo é prato cheio para os defensores do garimpo, como José Atílio Machado, presidente da União dos Sindicatos dos Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal) e candidato ao Senado pelo PMDB. Seu grupo montou um posto de atendimento médico e de fornecimento de alimentação aos Yanomami na região do Parima. (*Folha de S. Paulo*, 13/08/90)

Operação Yanomami

O governo liberou verba de 150 milhões de cruzeiros para que os ministérios da Aeronáutica e da Justiça, a Funai e a Polícia Federal concluam a retirada de cinco mil garimpeiros da reserva dos índios Yanomami, em Roraima. O dinheiro vai ser usado para a explosão de pistas de pouso usadas pelos garimpeiros e no atendimento aos Yanomami. São Cr\$ 89,5 milhões para a Aeronáutica, Cr\$ 15,5 milhões para a PF e Cr\$ 45 milhões para a Funai. (*Folha de S. Paulo*, 18/08/90)

Nomeação desagrada organizações

O Secretário-geral do Cimi, Antônio Brant, qualificou de "muito ruim" a indicação de Cantidio Guerreiro para a presidência da Funai. Para Brant, a indicação "mostra uma tendência de continuidade da política que vinha sendo desenvolvida pelo governo do ex-presidente José Sarney". Ele considera que mais importante do que a indicação do presidente da Funai seria a definição de uma política indigenista pelo governo do presidente Fernando Collor.

O índio Jorge Terena, disse que a escolha de Guerreiro "não ajuda a resolver os problemas de invasões

de áreas indígenas por grupos econômicos, madeireiros e garimpeiros. O governo optou por um nome que não nos agrada".

Carlos Alberto Ricardo, do CEDI, disse que não quer comentar o nome de Guerreiro. "Estamos esperando uma definição da política indigenista do governo, que criou um grupo de trabalho inter-ministerial para revisar a política indigenista, no dia 19 de julho, que até agora não se reuniu. Espero que este presidente tenha dinheiro para botar gasolina no jeep da Funai nos Yanomami", diz. (*Folha de S. Paulo*, 17/08/90)

Funai reconhece

A Funai reconheceu "a boa fé" de 139 famílias envolvidas com posses ilegais dentro da área indígena Katukina/Kaxinawá de Feijó (AC). Significa que essas famílias serão indenizadas pelas benfeitorias que deixaram na região, o que já não ocorreu com os posseiros do território Xerente, na área do Funil, em Tocantins. Ali, apesar de fazendeiros e índios terem se armado para um confronto, a Funai não abriu mão de sua decisão e declarou os posseiros como sendo de "má fé". (*Jornal de Brasília*, 08/08/90)

Acordo

As 49 famílias de índios Xokleng que ocupam várias casas do canteiro de obras da barragem de Ibirama, que alagou o território indígena, no município de José Boiteux (SC), continuam no local sem conseguir negociar o cumprimento do acordo de indenização da comunidade firmado entre a Funai e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento. (*Correio Braziliense*, 17/08/90)

Intérpretes Yanomami

Por pressão de Lutzenberger, a Funai teve que reintegrar três intérpretes Yanomami colocados em disponibilidade durante a reforma administrativa. (*Folha de S. Paulo*, 22/08/90)

Explosivo

Nilson Campos, representante da Funai na operação de retirada dos garimpeiros da área Yanomami, já se desentendeu com a PF. É contra a explosão da "Pista do Lauro". (*Folha de S. Paulo*, 11/08/90)

Garimpeiros e pistoleiros invadem área Nambiquara

Centenas de garimpeiros e um número não determinado de pistoleiros invadiram a Área Indígena Vale do Guaporé, na fronteira de Mato Grosso com Rondônia, para procurar ouro no rio São Domingos. Os Negaroté e Manairissu, grupos Nambiquara que pescam no São Domingos, ameaçam atacar os garimpeiros.

Francisco de Assis Costa, chefe do posto indígena Manairissu, descobriu os garimpeiros na margem do rio que faz divisa com a fazenda

Maringá, de Antenor Duarte do Vale. Os garimpeiros entraram pela fazenda, com o apoio do proprietário.

A PM de Comodoro informou ao administrador regional da Funai de Vilhena (RO), Gerson Furtado de Queiróz Filho, que a cidade estava "fervilhando de garimpeiros e posseiros". Segundo policiais, o fazendeiro Antenor do Vale teria facilitado o acesso dos garimpeiros à área em troca de direitos na comercialização do ouro. (*Folha de S. Paulo*, 12/08/90)

Sertanista acusa deputados de incentivarem invasão

O sertanista Sidney Possuelo, da Coordenadoria de Índios Isolados da Funai, denunciou que os deputados Fausto Fernandes e Nícius Ribeiro (PMDB/PA) estão incentivando agricultores da Transamazônica a retardarem a demarcação da reserva indígena

dos Arara, nos municípios de Altamira e Senador José Porfírio. Segundo o sertanista, os dois deputados estão insuflando centenas de trabalhadores rurais contra a tentativa de técnicos da Funai de demarcação da área indígena. (*Jornal do Brasil*, 20/08/90)

Senado aprova restrições ao uso econômico e presença militar em territórios indígenas

O Senado aprovou no dia 21, o projeto de lei complementar nº 257/89 de autoria da Mesa, que estabelece os casos em que se dará o "relevante interesse público da União" sobre as terras indígenas, regulamentando o § 6º do art. 231 da Constituição. O relator da matéria, senador Jutahy Magalhães, apresentou um substitutivo ao projeto original, que foi rejeitado em função de duas emendas de autoria do senador Severo Gomes, garantindo maior proteção aos índios.

O texto aprovado define como relevante interesse público da União as três hipóteses: 1. perigo iminente de agressão externa; 2. ameaça de grave e iminente catástrofe ou epidemia; 3. necessidade de exploração de riquezas naturais imprescindíveis à soberania ou ao desenvolvimento nacional, inexistentes em outras regiões do país, ou caso existentes, impossíveis de serem exploradas nas

condições técnicas então conhecidas.

O projeto aprovado prevê a reposição, por parte do poder público, de terras com equivalência ambiental e de área, sempre que houver perda de ocupação, do domínio e da posse. Prevê que a reposição será em terras contíguas sempre que a perda for de parte da área.

Prevê ainda que quando se configurar uma destas hipóteses, o Poder Executivo terá que proceder ao levantamento do caso e encaminhá-lo ao Congresso Nacional. Este é que, então, decidirá se há ou não relevante interesse público, e autorizará ou não os atos do Executivo, determinando as cautelas e providências a serem tomadas. O projeto aprovado dará entrada na Câmara dos Deputados para avaliação de comissões técnicas e votação em plenário. Ainda há um longo percurso antes de entrar em vigor. (*Núcleo de Direitos Indígenas*, 23/08/90)

Cimi denuncia que 25% dos Kaxarari estão com malária

Doenças antes desconhecidas entre os povos indígenas, estão sendo responsáveis por um número cada vez maior de casos e vítimas entre eles. No mês de julho, 25% (36 casos) dos 140 Kaxarari, localizados nos municípios de Lábrea (AM) e Porto Velho (RO), estavam com malária.

A empresa Mendes Junior é a principal responsável pelo aumento da malária, endêmica na região, entre os índios. Em maio de 1988, a empresa iniciou a exploração de uma pedreira de granito no território Kaxarari. Para isso aterrou um igarapé, criando na área um lago de 500 hectares de águas paradas, onde tem proliferado o mosquito transmissor da doença. Devido as mortes, os Kaxarari impediram no ano passado que a Mendes Junior continuasse a exploração. (*Cimi*, 13/08/90)

Trabalhadores e empresas recompõem perdas salariais

Empresas de diferentes setores econômicos do Grande ABC criaram mecanismos próprios de recomposição salarial em negociação com trabalhadores, que resultaram até julho em reajustes de 30% a 100%. Os acordos beneficiaram pelo menos 350 mil trabalhadores, entre metalúrgicos (até 59,11%), químicos (50% em média), borracheiros (entre 40% e 61%), mo-

toristas e cobradores de ônibus.

Até mesmo a reindexação — temida pelo governo — foi adotada por algumas empresas. A Datamac reajustou os salários de seus funcionários pelo BTN. No caso das empresas de transporte coletivo, o indexador é o Índice do Custo de Vida do Dieese, que passou a vigorar este mês, segundo acordo coletivo assinado entre o

Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários do ABC e a Associação das Empresas de Transporte Coletivo. Por outro lado, setores do comércio de Santo André estão aplicando reajustes mensais de 15% ao mês, desde março, e pretendem continuar com essa prática até a data-base da categoria, em 1º de novembro. (*Diário do Grande ABC*, 09/08/90)

Simpósio discute futuro do sindicalismo brasileiro

Os impasses e desafios que o sindicalismo brasileiro vive hoje, sob o tema, "O futuro do sindicalismo no Brasil", foram debatidos no simpósio internacional que a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides) promoveu, nos dias 20 e 21 de agosto, em São Paulo. Coordenado pelo cientista político Leônico Martins Rodrigues, o encontro reuniu empresários, intelectuais e dirigentes sindicais do Brasil e de países europeus.

Renascido no final do regime militar, o movimento sindical brasileiro experimentou nos últimos dez anos um crescimento expressivo e ocupou espaços significativos de participação no cenário político. Apesar dessa evolução, os sindicatos saem dos anos 80 sem transformar estruturas básicas da sociedade brasileira, como o perfil concentrado da renda, nem construir um projeto alternativo para o país.

O desafio é complexo e, segundo Leônico, "há alguns obstáculos para

uma mudança na orientação do sindicalismo brasileiro. Por um lado, os sindicatos mais combativos, de esquerda, têm receio de assumir posições que os levem a tentar 'gerir a crise do capitalismo' e acabam sem propostas alternativas, só têm reivindicações. Outro obstáculo é a força dos sindicatos: quais os meios de que dispõem para intervir técnica e politicamente e forçar o governo e as empresas a negociar soluções alternativas e conjuntas?" (*Gazeta Mercantil*, 15/08/90)

Saúde pode fazer parte de contrato coletivo

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema pretende incluir no contrato coletivo de trabalho que está sendo negociado com a Autolatina cláusulas específicas sobre saúde dos trabalhadores. "É fundamental que as modificações que porventura venham a acontecer no ambiente das fábricas partam das necessidades reais dos trabalhadores", diz Nilton Teixeira, médico do Departamento de Saúde do Trabalho do sindicato.

No Brasil, onde a fiscalização é incipiente, proliferam casos de violações das normas de segurança e saúde do trabalho, que quase sempre terminam em batalhas judiciais — o departamento jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo deu andamento, somente no primeiro semestre de 1990, a 28 processos de indenização por acidente de trabalho e 38 processos de reintegração de trabalhadores portadores de doença profissional que outrora haviam sido demitidos.

Números escondem problema maior

Na miséria das estatísticas brasileiras, ninguém sabe exatamente quantos trabalhadores sofrem de algumas doenças profissionais. Os números oficiais, segundo médicos, engenheiros, sindicalistas e mesmo técnicos da Fundacentro, são pura ficção. Se depender deles, o cidadão desavisado pode imaginar que o Brasil é o paraíso da segurança no trabalho, quando o que acontece é justamente o contrário: desde 1975 o país detém recordes mundiais de acidentes de trabalho.

A diferença entre os dados oficiais e a realidade tem vários motivos. O primeiro é que o controle de acidentes cobre apenas a massa segurada pelo Instituto Na-

cional de Seguridade Social (INSS), calculada em cerca de 25 milhões de trabalhadores. Outros 25 milhões — não registrados — estão simplesmente fora das estatísticas. O segundo é a resistência das empresas em emitirem a Comunicação de Acidente de Trabalho (doença profissional legalmente é considerada acidente), como afirma o médico José Buschinelli, chefe do setor de doenças profissionais da Fundacentro: "Não é interessante para as empresas alertarem para um caso de doença, isso significa problemas. Se um trabalhador tem problemas de saúde é porque o ambiente de trabalho está mal". (*Gazeta Mercantil*, 14/08/90 e *Jornal da Tarde*, 16/08/90)

Eletricitários negam participação no blecaute

O presidente do Sindicato dos Eletricitários de Brasília, Antônio Rodrigues do Amaral, negou que o blecaute que atingiu a maior parte da cidade, no último dia 20, tenha sido provocado pelos trabalhadores.

Segundo o governo, os isoladores de energia que protegem as torres de Itumbiara teriam sido atingidos por tiros. O presidente e os diretores do sindicato alegaram, no entanto, que se houve realmente sabotagem ela não foi feita por trabalhadores. "O sindicato não tem atiradores de elite", disse um diretor, ao argumen-

tar que um suposto sabotador precisaria de pelo menos dois requisitos: ter uma arma potente e boa pontaria. "Não tínhamos dúvida que o governo iria tentar jogar a população contra o movimento", disse Amaral.

Os eletricitários estão em campanha desde o início de junho em todo o país e esta já é a terceira greve da categoria este ano. A primeira durou apenas um dia, 7 de junho, e foi convocada como um protesto contra as ameaças de demissões nas estatais. A segunda foi mais longa, durou nove dias, no final de junho, e incluiu en-

tre as reivindicações do movimento a reposição das perdas salariais provocadas pela inflação nos últimos meses.

Assim como os empregados das outras estatais ligadas ao governo federal, os eletricitários estão com seus salários congelados desde março, quando o novo governo tomou posse e eles receberam o IPC de fevereiro. A inflação de março a junho, que acumulou pelo IPC 256%, não foi reposta e os trabalhadores querem o IPC até junho (215,67%). (*O Estado de S. Paulo*, 21/08/90 e *Gazeta Mercantil*, 16/08/90)

Sindicalistas discutem fim do imposto sindical

O presidente da CUT regional do ABC e diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Lázaro Mariano da Silva, disse que duvida da intenção do governo federal em acabar com o imposto sindical. "É mais uma idéia do Magri para acobertar a falta de definição do Ministério do Trabalho em relação a determinados assuntos", afirmou o sindicalista.

Mas, se o governo decidir pelo fim do imposto sindical, a medida, segundo Lázaro, será muito bem acolhida. A idéia não é nova para os metalúrgicos de Santo André, já que há cinco anos o sindicato vem devolvendo esse tipo de arrecadação aos 19.500 associados para uma base de 45 mil no município.

Já o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Empresas de Crédito (Contec), Lourenço do Prado, acha que o fim do imposto sindical poderá levar à morte a maioria dos sindicatos do país, já que não têm condições, de imediato, de passar a depender de contribuições voluntárias. O secretário-general do Sindicato dos Bancários do Grande ABC, Vagney de Castro, acredita que terá de haver uma fase de transição até a extinção total do imposto. As federações e confederações também correm o risco de ficar sem verba. (*Jornal da Tarde*, 15/08/90)

TST julga abusiva a greve dos ferroviários

A greve dos ferroviários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), realizada pela categoria, em várias regiões do país, entre os dias 24 e 31 de maio e retomada no dia 9 de agosto, foi considerada abusiva pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), em julgamento realizado no último dia 17. Este se declarou favorável a um reajuste salarial médio de 5% mas os ferroviários querem reposição salarial de 166% e não aceitam o reajuste determinado pelo TST.

Os ferroviários presentes ao TST ficaram decepcionados. Para eles, o au-

mento deferido pela Justiça do Trabalho não passou de uma esmola: "O governo se recusa a reconhecer nosso direito à reposição das perdas salariais, por isso estamos partindo para a greve", afirmou Devanir Corrêa, da diretoria do sindicato em São Paulo.

Prevista para ser ampliada como protesto à decisão do TST, a paralisação no dia 21 foi mantida só até o meio da manhã. Os maquinistas não aderiram com medo de demissões. Embora circulando, os trens estão em condições precárias, já que o setor de manutenção continua paralisado. (*O Estado de S. Paulo*, 21/08/90)

CUT anuncia greve geral

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) definiu no último dia da plenária nacional da entidade, em Belo Horizonte, um calendário de lutas que servirá para a preparação de uma greve geral. Segundo o presidente da CUT, Jair Meneguelli, não foi marcada nenhuma data mas é certo que será ainda este ano. Também não existe orientação da entidade para o comportamento dos sindicatos na deflagração de greves e durante as negociações.

O calendário proposto pela CUT será discutido com outras centrais sindicais mas, segundo Meneguelli, "não

condicionaremos o nosso calendário de lutas a essas outras centrais".

A plenária decidiu também pela unificação de ações de categorias diferentes e uma pauta comum de reivindicações. A primeira manifestação será, em Brasília, um ato pela derrubada do voto presidencial à política salarial.

Meneguelli ressaltou que haverá acirramento da luta sindical. "É óbvio que haverá um aumento das greves. Ninguém sobrevive às perdas salariais que estão sendo impostas ao trabalhador", justificou. (*Jornal do Brasil*, 20/08/90)

País é inconstitucional em relação ao analfabetismo



O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, no seminário Alfabetização e Mídia, encerrado dia 17 de agosto, lembrou que o país "já

é inconstitucional em relação ao analfabetismo", referindo-se a cerca de 5 milhões de crianças em idade escolar que estão fora da sala de aula, ao contrário do que dita a Constituição. Ele anunciou que o orçamento de 1991 para a alfabetização e o 1º grau será de Cr\$ 35 bilhões, Cr\$ 3 bilhões a mais do que o de 1990.

Os educadores presentes ao evento fizeram alguns alertas ao ministro. A professora Magda Becker Soares, da Universidade Federal de Minas Gerais, disse que o fracasso no combate ao analfabetismo não se explica pela falta de recursos, mas pela maneira como eles são empregados. "A quantidade de dinheiro que se investiu no país com ações ineficazes contra o analfabetismo, patrocinadas pelo poder público, é enorme". Para Magda, o MEC ainda não se definiu quanto a um plano para a educação no país. "Ainda não se foi além

de manifestações de intenções", ressalta.

O professor Alceu Ferrari, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Educação, alertou para a necessidade de se definir o que é analfabeto, antes de se contar quantos eles são. "É preciso pensar no processo que produz o analfabeto, e não em erradicar o analfabetismo como se fosse doença", diz. Segundo suas pesquisas, considerando-se o analfabeto a pessoa capaz de escrever um bilhete simples — definição da Unesco — o número de analfabetos no Brasil, acima de 10 anos, é de cerca de 20 milhões. Mas se forem consideradas alfabetizadas as pessoas que concluíram a 4ª série do 1º grau, este número cresce para 45,5 milhões de pessoas na mesma faixa de idade.

Ferrari concluiu, após levantamento da tendência do analfabetismo no país, que no final deste século, caso não haja grandes obstáculos nem ações eficazes, como a preocupação com a pós-alfabetização, que a redução do analfabetismo a índices mínimos será "um fenômeno de difícil alteração". No final da década esse índice não será inferior a 10%. (Jornal do Brasil, 17/08/90)

Seringueiros têm aulas na mata

Três experiências de alfabetização de adultos foram apresentadas, dia 17, no seminário Alfabetização e Mídia. Apesar de se destinarem a populações diferentes e serem patrocinadas por instituições diferentes, as três têm em comum a aproximação com o método Paulo Freire, buscando se adequar ao modo de vida dos grupos.

Maria Graciela Ibanez, do projeto Seringueiro, disse que as escolas da região de Xapuri foram criadas a partir da mobilização do Sindicato dos Seringueiros da região. As aulas acontecem nos finais de semana, porque os alunos, mesmo as crianças, trabalham nas reservas extrativistas. Graciela disse que muitos alunos

caminham mais de três horas para chegar às escolas. "Eles chegam no sábado cedo, têm aula, dormem na escola e no dia seguinte têm outra aula", disse.

A adaptação à realidade dos trabalhadores dos canaviais em Cabo também foi uma preocupação da educadora Mirites Cordeiro. Dessa vez, a ideia partiu da prefeitura da cidade, preocupada com o índice de quase 50% de analfabetismo na região.

A educadora Maria José Gomes apresentou o projeto da construtora carioca Wrobel Hilf de organizar um núcleo de alfabetização em cada canteiro de obra. (Folha de S. Paulo, 17/08/90)

Projeto premiado pela Unesco é extinto

A extinção da Fundação Educar (ex-Mobral), decretada pelo governo Collor, deixou 9 mil adultos sem cursos de alfabetização na Baixada Fluminense (a 30 km do Rio). O fim da Educar levou à morte o Projeto de Educação Básica para a Baixada, que em 4 anos alfabetizou 20 mil adultos, com um índice de evasão de apenas 30%.

Para este ano, instituído como o Ano Internacional da Alfabetização pela Unesco, estavam organizadas 385 turmas, que chegaram a iniciar o ano letivo em março. Com o decreto, as aulas foram suspensas, os professores contratados na comunidade foram demitidos e os técnicos da Educar colocados em disponibilidade. Em 1988, o projeto chegou a receber um prêmio da Unesco, o "Nadedja Kroupskaia", escolhido como o melhor projeto de educação de jovens e adultos, concorrendo com 156 países.

Na avaliação de José Rivero, diretor do Escritório Regional de Educação da Unesco para América Latina e Caribe, a participação da população foi o aspecto mais importante para o sucesso do projeto de Educação Básica na Baixada. "O Brasil é o país da América Latina com problemas mais graves de analfabetismo e não pode deixar uma experiência como essa morrer", disse.

Rivero afirma que pouco pode fazer para a manutenção do projeto. A Unesco, entidade ligada à ONU, não atua como financiadora de projetos. "A sociedade brasileira e o estado tem a obrigação de continuar o projeto, não o deixando desaparecer", conclui.

O projeto era desenvolvido pela Educar e por várias associações de moradores da região. "Havia uma interação entre a Educar e os movimentos populares da Baixada", disse a educadora Maria Fernanda Nunes, 32, uma das coordenadoras do projeto. A Educar repassava recursos e dava assessoria técnica e pedagógica para as entidades, que selecionavam os professores e organizavam os cursos. (Cristina Grillo/Folha de S. Paulo, 19/08/90)

Ministro da Educação quer aumentar ano letivo

O governo estuda o aumento do período letivo para o 1º e 2º graus e também para o ensino superior. O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, prevê uma redução dos feriados escolares e o aumento em cerca de 10% do atual ano letivo que, por lei, deve ter pelo menos 180 dias. "Chega de tantos feriados, festas de aniversários de *tias*", diz o ministro. "Tem-se que pagar melhor e exigir mais", acrescentou.

Nas escolas públicas de São Paulo, por exemplo, os 365 dias do ano acabam se reduzindo a 148 dias de aula. Dados da Secretaria de Educação de São Paulo mostram que todos os dias 18 mil professores faltam às aulas por licença médica. Isso corresponde a quase 10% dos 194 mil professores do estado. Essas faltas representam prejuízo de Cr\$ 540 milhões. Além das licenças médicas, a lei federal 6.672, de 1974, permite que cada professor falte até 10 dias por ano, mediante uma justificativa.

Um quarto dos professores do estado são usados em tarefas administrativas ou estão emprestados por outros órgãos da administração e, portanto, longe das salas de aula.

Em países como a Itália o ano escolar não tem menos de 200 dias de aula por ano. No Brasil, a situação se complica ainda mais com as greves.

Alunos invadem Secretaria na Bahia

Cerca de 300 alunos de escolas públicas da Bahia invadiram no dia 21 de agosto a Secretaria Estadual de Educação e ocuparam a sala do secretário Joir Brasileiro. Houve tumulto e uma porta de vidro foi quebrada. Cerca de 2.700 das 4.500 escolas da rede não estão funcionando. A presidente do Sindicato dos Professores, Maria José Rocha Lima, 37, disse que 1 milhão de alunos corre o risco de perder o ano. Os professores da rede estadual iniciaram dia 22 uma greve pelo pagamento de piso de 2,5 salários mínimos para a categoria. (Folha de S. Paulo, 22/08/90)

ves, cada vez mais freqüentes nas escolas: no ano passado ela durou 80 dias em São Paulo.

Esse quadro se repete em todo o país. No Rio Grande do Sul, só 72 mil dos 103 mil professores da rede estadual estão na sala de aula. Há 27 mil professores em funções administrativas e outros 13 mil em licenças diversas. A última greve do magistério gaúcho (a sétima em dez anos) deixou os alunos 58 dias sem aula.

O vice-presidente da Associação dos Professores da USP (Adusp), Otaviano Helene, diz que "o ministro, ao propor isso, atropela o Congresso", pois a Lei de Diretrizes e Bases, em tramitação, já prevê o aumento do período letivo para 200 dias. O presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), Carlos Eduardo Baldijão, concorda com Helene: o Congresso, com o envolvimento da sociedade, é que deve tratar desse assunto. "Não são decretos e medidas provisórias que resolvem os problemas de educação", afirma, sem ver inconveniente na expansão do ano letivo.

O pró-reitor de graduação da Universidade Estadual Paulista (Unesp) é mais incisivo. "Os 180 dias atuais atendem à necessidade do ensino, havendo até folga para imprevistos,

como eventuais paralisações", diz Antonio César de Carvalho. Não mudar o ano letivo foi, aliás, a proposta do 7º Fórum Nacional de Pró-reitores à comissão que estudava a Lei de Diretrizes e Bases em setembro de 1989.

"No ano passado, 2 mil alunos do 2º grau de São Paulo foram aprovados por decreto por falta de professores", relembra Paulo César Pinheiro, diretor do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp). "Se as condições de trabalho não forem melhoradas, esse tipo de mudança tende a agravar a situação".

O aumento do período letivo é um equívoco, na opinião do presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem), Cláudio Gomes Fonseca. "É comum afirmar que o ensino particular é melhor do que o público e, no entanto, eles têm os mesmos 180 dias de aula", diz.

Para Fonseca o problema está na falta de uma política educacional e salarial para os professores. "Com os péssimos salários que o ensino público paga (piso entre Cr\$ 16 mil e Cr\$ 21 mil em São Paulo), aumentar o calendário escolar é ampliar o calendário das greves", afirma. (Jornal da Tarde/São Paulo, 14/08/90)

Termina no Rio greve para abrir negociações

Os alunos da rede pública voltaram às aulas dia 20 de agosto. Depois de uma semana de paralisação, os professores retornaram ao trabalho sem a vitória pretendida: abrir um canal de negociação com as secretarias de Educação do estado e do município, Fátima Cunha e Mariléa da Cruz. Os professores reivindicam um reajuste de emergência de 153,34% para os profissionais do município e de 223,77% para os profissionais da rede estadual e pessoal de apoio das redes estadual e municipal. Além do reajuste, eles querem plano de carreiras

únificado, abrangendo todos os professores do estado e do município e 12% de diferença entre os diferentes níveis do plano de carreira dos profissionais do município.

Segundo Márcia Pereira, da comissão eleitoral do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (Sepe), a pauta de reivindicações foi entregue às secretarias em abril deste ano. Márcia disse que a greve teve como objetivo advertir o governo sobre a necessidade de abertura do canal de negociação. (O Globo, 20/08/90)

Estados Unidos preparam invasão do Iraque

Os Estados Unidos estão deslocando um número significativo de forças com poder ofensivo para a fronteira entre a Arábia Saudita e o Kuait anexado para um possível ataque às forças iraquianas que ocupam o emirado. A informação foi veiculada por especialistas militares norte-americanos.

Segundo um grupo de jornalistas autorizados a visitar as bases sauditas onde estão as forças norte-americanas, os EUA estão "perfeitamente preparados" para atravessar a fronteira kuaitiana e atacar as tropas iraquianas. A amplitude das forças americanas na Arábia Saudita e o tipo de armamento que têm em mãos indicam que os EUA estão acumulando forças de caráter ofensivo — dizem os especialistas. Oficialmente, os EUA afirmam que o envio de forças ao golfo Pérsico visa apenas "defender" a Arábia Saudita de um ataque iraquiano.

O Pentágono proibiu os jornalistas de revelar as posições exatas das forças dos EUA na Arábia Saudita.

Dezenas de aviões de carga Hércules C-130 norte-americanos e um esquadrão da 82ª Divisão Aerotransportada chegaram à base de Bateen, nos Emirados Árabes. A notícia foi divulgada pelo secretário de Defesa dos EUA, Richard Cheney, que chegou a Abu Dhabi (capital dos Emirados).

Os Emirados são o segundo país do Golfo a permitir o estacionamento de forças estrangeiras em seu território desde a invasão do Kuait pelo Iraque. Um porta-voz da Força Aérea dos EUA disse que a principal função das forças americanas nos Emirados Árabes será o transporte de alimentos e armas para os soldados na Arábia Saudita. A Arábia Saudita foi o primeiro país árabe a permitir que forças ocidentais e de países árabes se instalassem em seu território.

Funcionários do Ministério da Defesa do Egito disseram que o país já enviou baterias antiaéreas para os Emirados. Eles disseram ainda que um grupo de militares egípcios viajou para Bahrein a fim de discutir as "necessidades de defesa" desse país. O território de Bahrein é uma pequena ilha no golfo Pérsico.

O rei Fahd, da Arábia Saudita, fez um apelo para que os cidadãos do país se alistem no Exército para defender o território saudita de um eventual ataque iraquiano. A fragata italiana Orsa e o navio de apoio Stromboli deixaram o porto de Taranto (sul do país) em direção ao Mar Mediterrâneo.

Um porta-voz do Exército dos EUA disse que são necessários cerca de 800 médicos e enfermeiros reservistas ou aposentados para trabalhar nos hospitais do país, substituindo os profissionais que estão na Arábia Saudita. (Folha de S. Paulo, 21/08/90)

Conflitos étnicos matam 14 em Soweto

A onda de violência tribal entre as etnias zulu e xhosa na África do Sul chegou a Soweto, o maior subúrbio negro do país, deixando 14 mortos e 100 feridos. Os conflitos ocorreram numa estação de trem, onde zulus atacaram os passageiros que iam para o trabalho provocando a reação dos xhosa, ligados ao CNA. O recrudescimento da violência levou o presidente Frederik De Klerk a se reunir com o líder negro Nelson Mandela

em Pretória para discutir os choques nos subúrbios negros próximos a Johannesburgo, que já deixaram mais de 150 mortos e 500 feridos. Após o encontro, o governo divulgou comunicado informando que as duas partes haviam discutido "as opções para colocar um ponto final na violência". À noite, o governo anunciou a realização de um "fórum de paz" com as partes envolvidas no conflito, inclusive a polícia.

Mandela responsabilizou o sistema do *apartheid* pelo elevado número de mortos nos confrontos, ao discursar em Port Elizabeth antes de se reunir com De Klerk. "Toda pessoa negra é um objetivo militar. Em consequência, o papel das forças de segurança nesta violência crescente permanecerá sendo um obstáculo para que seja criado um clima favorável às negociações com o governo", advertiu. (Jornal da Tarde, 17/08/90)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

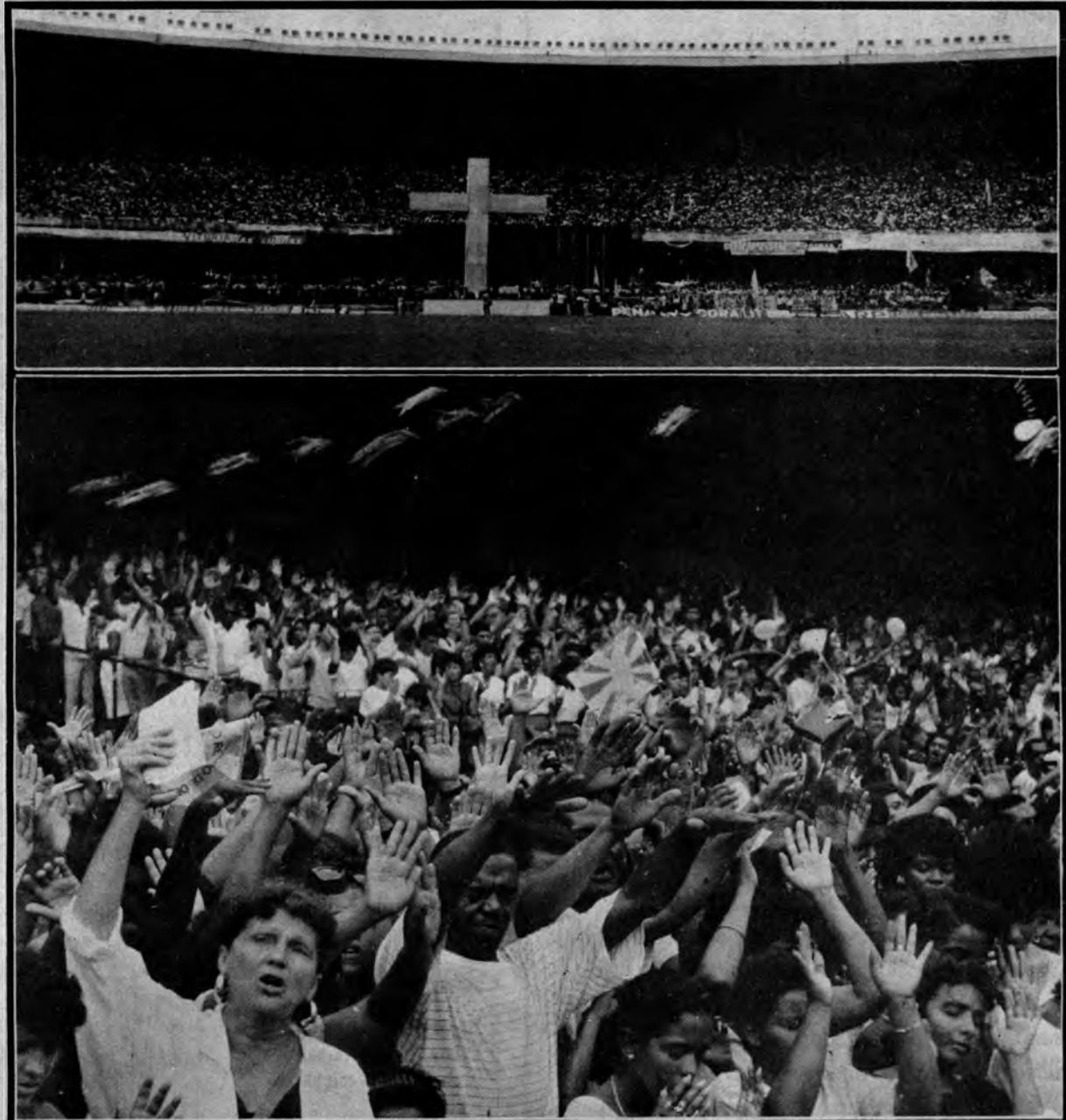
PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL

Pentecostalismo Autônomo, uma inversão sedutora?

Nando Neves/Imagens da Terra



Pentecostalismo Autônomo

Páginas 3 a 5

Informação ou deformação?

Páginas 6 e 7

Remédio amargo

Páginas 8 a 11

Pentecostalismo e política partidária

Páginas 13 a 15

Intenção

Poderia esta abertura ser uma palavra voltada para as razões que motivaram a publicação que nem uma introdução aos textos, aos conteúdos ou uma apreciação-destaque deste ou daquele enfoque.

Não. O que se quer dizer aos leitores deste Suplemento é:

que há um pentecostalismo e outros pentecostalismos;

que evangélico não é termo religioso semelhante a católico;

que há, pelo menos, uma meia-dúzia de tipos caracterizadores das origens históricas dos evangélicos;

que os redutos formadores de massa-de-manobra para líderes inescrupulosos se encontram mais, e não só, entre os pentecostais;

que a "grande imprensa", por ignorância (imperdoável), ou má-fé, ou sensacionalismo barato, muitas vezes confunde tudo e desinforma milhões;

que os desejos de compreenderem os fenômenos religiosos deste país, particularmente dos grupos evangélicos, podem, lendo-nos, instruir-se para escreverem com mais segurança e não dizerem bobagens.

Nossos leitores habituais já sabem disso tudo. A eles queremos dar subsídios didáticos a fim de ajudar a outros.

Faz-se necessária uma ressalva: estamos introduzindo o conceito de Pentecostalismo Autônomo para contrapor-se a Pentecostalismo Clássico. Como, entretanto, características do primeiro se acham também no outro, algumas vezes falamos de pentecostais e pentecostalismo indistintamente. Nossa enfoque crítico está sobre aquele conjunto de expressões que definem o primeiro.

O assunto é apaixonante, por isso apresentamos uma relação de materiais (livros, artigos, documentos) disponíveis em nosso acervo, aos que desejarem ir além deste trabalho, que pretende ser apenas uma introdução.

Tipologia do protestantismo brasileiro

Douglas Mansur/Imagens da Terra



Protestantismo de missão

- Batistas
- Congregacionais
- Episcopais
- Metodistas
- Presbiterianos

Protestantismo de migração

- Anglicanos
- Luteranos
- Reformados

Pentecostais

- Assembléia de Deus
- Congregação Cristã no Brasil
- Igreja de Deus
- Igreja Pentecostal

Pentecostais Autônomos

- Casa da Bênção
- Deus é Amor
- Evangelho Quadrangular
- Maranata
- Nova Vida
- O Brasil para Cristo
- Universal do Reino de Deus
- Outros

Carismáticos

- Batistas de Renovação
- Cristã Presbiteriana
- Metodistas Wesleyanos
- Outros

Pseudo-Protestantes

- Adventistas
- Mórmons (Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias)
- Testemunhas de Jeová

Pentecostalismo Autônomo

Toninho Muricy



Sabe-se da existência de uma matriz religiosa brasileira. Seria composta pelo catolicismo ibérico e a magia europeia trazidas pelos colonizadores; a religião e a magia africana e indígena; e, mais tarde, pelo espiritismo e pelo catolicismo romanizado. Afirma-se inclusive que tal matriz teria sua expressão religiosa própria — a Umbanda, sincrética por definição.

Tudo isto desemboca numa visão e conduta peculiares no tocante ao discurso e à prática religiosa, que permeiam todas as camadas sociais, assim como contribuem para a configuração de uma religião civil brasileira. Seu traço característico seria uma visão mágica e utilitária.

Nesse quadro o êxito das propostas circulantes no campo religioso estão na proporção direta da co-extensividade com a mencionada matriz, em que pese a variedade simbólico-doutrinária.

Pentecostalismo Autônomo é o grande fenômeno religioso brasileiro atual. Esta designação se contrapõe à de Pentecostalismo Clássico, igrejas originadas do movimento missionário pentecostal, dos EUA, no início do século. Por Pentecostalismo Autônomo designamos as deno-

minações dissidentes daquele pentecostalismo e/ou formas em torno de lideranças fortes.

A proposição religiosa do Pentecostalismo Autônomo alicerça-se numa triade: a cura, o exorcismo, a prosperidade. Nela conjugam-se fatores sócio-religiosos que responderiam à interpretação simbólica que as classes populares realizam de suas adversidades existenciais, geralmente de forma inconsciente ou difusa.

Intervenção divina possível — A cura viria ao encontro do conjunto de enfermidades físicas e psicosomáticas, num país no qual o atendimento médico passa por uma crise crônica: atendimento governamental precário, e o particular inacessível à maciça maioria da população. Em suma, as políticas de saúde no Brasil reproduzem o modelo econômico excluente, que condena à morte extensas faixas da população. Acresentam-se as diversas agressões ao meio ambiente, a poluição sonora, a presença de agrotóxicos e outros agentes químicos na alimentação, geometricamente multiplicadores de uma infinidade de doenças; e mais, a falta de saneamento básico, cujo

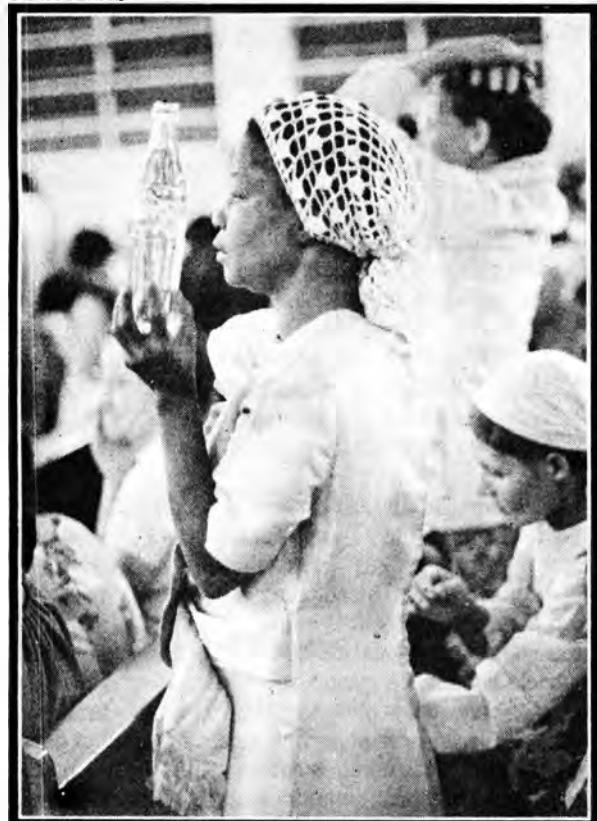
alvo principal são as crianças. As que sobrevivem carregam seqüelas pelo resto de suas vidas.

O quadro das doenças mentais é ainda mais alarmante. Praticamente inexiste um atendimento ambulatorial qualificado para aquilo que o senso comum denomina "doenças nervosas". Persiste uma gama de neuroses e psicopatias adicionadas às sociopatias, na proporção em que se ampliam os segmentos da população submetidos ao estado de miséria absoluta, num ambiente de violência, inclusive institucional.

Por tudo isso qualquer promessa de cura recebe uma resposta imediata e massiva, sobretudo quando de origem religiosa. Nas regiões abissais da subjetividade coletiva existe uma expectativa permanente de intervenção divina e arrasadora capaz de transformar radicalmente o contexto de sofrimento e abandono. Vale sublinhar que o tempo do messianismo revolucionário está cada vez mais distante; todavia os meios de comunicação insistem na veiculação de heróis encantados, capazes de enfrentar problemas indissolúveis sutis ou abertamente identificados com os impérios da moda.

A proposição religiosa alicerça-se numa tríade: a cura, o exorcismo, a prosperidade

Toninho Muricy



A função "terapêutica" do Pentecostalismo Autônomo residiria, antes de mais nada e acima de tudo, na atenção que destina à população sofrida, que sente fruir o alento de ter sido lembrada por alguém. Não importa muito se os males de fato desaparecem, mas vale o fato de pessoas terem sido acolhidas e dignificadas. Mais do que nunca a massa necessita de cura para sua alma.

Exorcizar os demônios — A vida dos brasileiros está povoada de medos: desde o assalto à mão armada até a insegurança quanto ao próprio futuro e dos filhos. Neste caso principalmente quando a média de idade para o ingresso no crime organizado e no consumo de drogas é cada vez mais baixa. Nesse particular, a matriz religiosa contribui efetivamente, já que recheia a visão de mundo popular com o mau-olhado, a praga, a mandinga e tantos outros instrumentos usados para interferirem, negativamente, uns na vida dos outros.

O chamado "desenvolvimento" com seu aparato tecnológico começa a amedrontar um número cada vez maior de analfabetos e semi-alfabetizados, definitivamente afastados do uso e dos benefícios dessa maquinaria que passa a comandar suas vidas. Além disso, é crescente a desconfiança nos poderes constituidos, e seu corolário: o desapego pelos valores da nacionalidade, que, uma vez desgastados, produzem a orfandade civil.

A perda gradativa de um referencial de valores morais e éticos, cada vez mais obscuros no contexto de um processo compulsório de liberalização dos costumes, gera insegurança e abala sensivelmente as relações familiares. Este problema afeta principalmente as camadas médias que num movimento crescente acorrem tanto ao Pentecostalismo Autônomo quanto aos movimentos carismáticos em geral.

O exorcismo seria um autêntico "dar nome aos bois". Seria resposta a problemas desde desemprego até crianças nascidas com lesões irreversíveis. O grande inimigo e causador dos males passa a ter um nome, com a vantagem adicional de que agora se dispõe de um poder maior para enfrentá-lo.

Nisso reside a motivação fundante para o fervor e a "guerra santa", contra todas as demais religiões, notadamente aquelas que manipulam poderes sobrenaturais através da magia. Identificado o inimigo, não falta motivação para essa "luta" contra a malignidade invisível e suas pretensas expressões religiosas. Isto é suficiente para superlotar os templos todos os dias, e até o Maracanã eventualmente.

Poupança e prosperidade — Através da poupança compulsória, ou seja, pela captação de novos valores pela via da conversão (geralmente com forte cunho emocional), torna-se possível redirecionar e racionalizar os recursos financeiros, mesmo escassos, momentaneamente quando tal redirecionamento representa uma forma eloquente de testemunho da conversão.

Nesses casos a prosperidade não só acontece como se faz notória. A sabedoria popular assevera: "Contra fa-

tos não há argumentos". A interdição dos hábitos e costumes culturais mais comezinhos — principalmente aqueles ligados ao lazer e à sexualidade — produz um tipo de poupança que, uma vez investida na qualidade de vida material, transforma concretamente a situação das pessoas.

Intelectuais, autoridades eclesiásticas e agentes de pastoral cada dia ficam mais estupefatos diante da conversão de lideranças e militantes de movimentos sociais e da pastoral popular às agremiações religiosas do Pentecostalismo Autônomo. Mais surpreendente ainda é a mudança que se verifica na vida dos convertidos que inclui a restauração de relações familiares e vicinais desgastadas, o repúdio à violência e uma conduta segundo padrões socialmente aceitáveis.

Esse seria um dos principais pólos de atração que contribui decisivamente para o crescimento numérico e a capacidade de mobilização das igrejas e movimentos do Pentecostalismo Autônomo. A prosperidade visível pela racionalização dos recursos reforça o discurso religioso que afirma a contribuição sistemática à igreja como fonte de prosperidade. A tendência é o aumento da contribuição dos fiéis que o fazem com a maior alegria. Afinal de contas, o milagre é "visível".

Extase coletivo — A prática da cura consagra as igrejas do Pentecostalismo Autônomo como espaços de solidariedade e acolhimento sem a necessidade de formação de comunidade; aliás, inclinação distante das pessoas adaptadas ao ritmo dos centros urbanos de médio e grande portes. Os proscritos encontram seu espaço de reorganização da personalidade e do restabelecimento de uma escala de valores. Os anseios messiânicos são atendidos com doses maciças de misticismo, temperado com a liberdade quase total das expressões emotivas individuais e coletivas, criando um senso de fraternidade e dignidade singulares. Isto garante que essas igrejas vivam ainda por muitos anos um processo de franca expansão.

A ênfase exacerbada no exorcismo alimenta a "guerra santa", enquanto a identificação dos "demônios" com os orixás e divindades do Candomblé e Umbanda representa um mecanismo de desmoralização dessas religiões, constituindo-se também num passo importante para obtenção da hegemonia religiosa no meio popular, um dos grandes objetivos do Pentecostalismo Autônomo.

A prosperidade aparente funciona como um chamariz e atende aos anseios de ascensão. A liberdade de expressão religiosa, o êxtase franqueado a todos, a encenação de uma luta "espiritual" em curso, o autoritarismo das lideranças secundados pela "iluminação divina" veicula a segurança desejada, ao mesmo tempo que sacia a vontade de poder de uma população alijada historicamente da participação política.

O potencial político das multidões que atendem ao apelo do Pentecostalismo Autônomo já foi testado, mas somente no futuro poderá ser aferido, posto que o fenômeno do Pentecostalismo Autônomo nas proporções atuais tem menos de uma década. Têm-se notícias de favorecimentos de candidaturas através de um discurso reli-

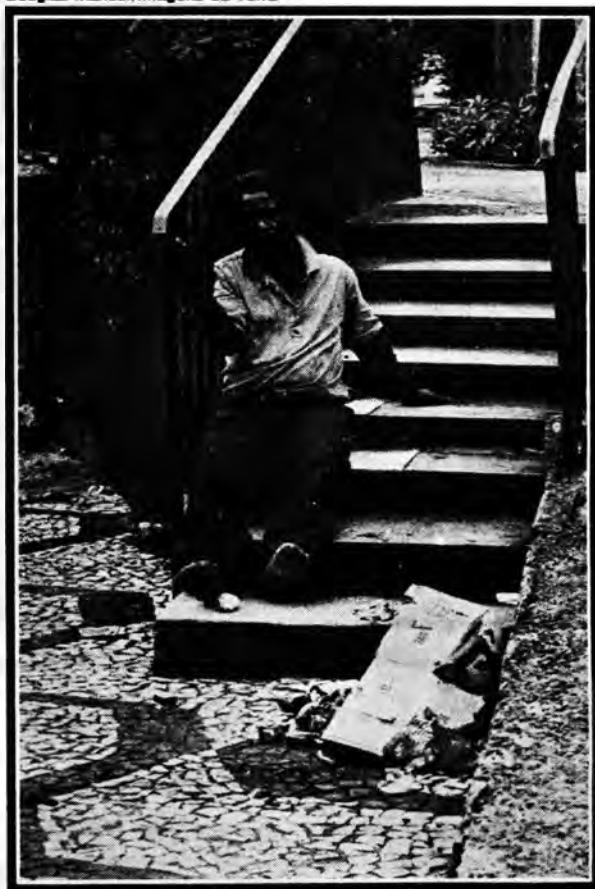
gioso de cunho intimidativo e outros expedientes similares. Fala-se ainda de candidatos representativos do ideário e das reivindicações corporativas do pentecostalismo como um todo, e do Pentecostalismo Autônomo em particular.

Pode-se afirmar que a capacidade de crer no invisível é estimulada e corroborada quando se consegue uma inversão da realidade palpável. Estabelece-se uma outra "realidade", povoada de forças espirituais em conflito permanente, que acaba por ir ao encontro da mentalidade religiosa vigente e por último favorece interesses inconfessáveis que se beneficiam das crenças coletivas.

Outrossim, é também inegável que entre o visível e o factual existem milhões de seres humanos necessitados que através dessa inversão alcançam algum lenitivo, mas que podem servir como massa de manobra dos projetos de dominação. Afinal se a realidade fosse transparente, não haveria necessidade de ciência.

O modelo econômico do país é excluente, pois condena à morte extensas faixas da população

Douglas Mansur/Imagens da Terra



Informação ou deformação? Pentecostalismo na imprensa

"A atuação política das Igrejas firmou-se na eleição presidencial, quando apoiaram Fernando Collor."

"O chamado pentecostalismo é uma seita protestante importada e copiada dos Estados Unidos."

Estes são alguns exemplos de uma série de afirmações equivocadas encontradas na cobertura jornalística da "grande imprensa" brasileira acerca de fatos, eventos e posicionamentos envolvendo religiões e igrejas no Brasil e no exterior. Ainda que toleráveis em alguns casos, estes equívocos têm distanciado os leitores da informação precisa provocando uma "deformação", que reforça preconceitos e cria outros. Não é necessário um estudo minucioso — apenas uma leitura acurada e já se percebe o grau de desinformação presente nas matérias.

Imprensa "acolhe" evangélicos — Até os últimos quatro anos, a chamada "grande imprensa" brasileira re-

servava um espaço hegemônico em seu noticiário à Igreja Católica. Surgem, então, na segunda metade da década de 80, dois fenômenos que surpreendem a sociedade brasileira e deixam marcas: a eleição de um expressivo número de deputados federais ligados às igrejas evangélicas para o Congresso Constituinte — a chamada "bancada evangélica" — e o grande crescimento de um sem-número de igrejas do Pentecostalismo Autônomo. Surpreendendo e provocando reações, estes fatos romperam as fronteiras da imprensa confessional para alcançar a "grande imprensa".

Até então, a Igreja Católica era apresentada como "a" Igreja. Títulos como "Igreja alerta o governo contra o desemprego" ou "Falta de quadros preocupa a Igreja" demonstravam (e ainda demonstram) uma perspectiva da hegemonia do catolicismo como religião oficial do país, e uma abordagem reducionista e nada ecumênica: revelando uma verdadeira indiferença em relação às demais confissões no Brasil. Estes fenômenos alteraram o quadro da conjuntura eclesial e social e a presença evangélica pode ser enfim registrada. Porém surge uma nova questão envolvendo este noticiário: o enfoque.

Neutralidade e objetividade, mas... — Em torno da "grande imprensa" há dois mitos que são considerados a base do seu trabalho: a neutralidade e a objetividade. Eles foram utilizados de forma tão eficaz que a sociedade os assimilou e os reverencia, colocando as informações transmitidas como algo inquestionável, sobretudo após o advento do telejornalismo.

Não é difícil reconhecer que o grau de parcialidade e subjetividade dos periódicos já se verifica no momento em que tem início a seleção de notícias. A partir deste ponto, o enfoque (ponto central) da abordagem, os dados levantados e divulgados, os títulos, as fotos vão dar o tom da mensagem pretendida com as notícias. Mais do que nunca, "o meio é a mensagem".

Se durante muitos anos a Igreja Católica teve espaço hegemônico no noticiário, é preciso atentar para o modo em que é apresentada. Pronunciamentos e fatos envolvendo a cúpula — bispos, arcebispos, papa —, grandes procissões, eventos grandiosos, fatos curiosos têm divulgação garantida e reforçam a religiosidade conservadora ou tradicionalista.



Os títulos das notícias, recheados de desinformação manipuladora, têm grande poder sobre os leitores

Pouco ou quase nada é relatado sobre a chamada Igreja popular, consubstanciada nas comunidades eclesiás de base e pastorais especializadas, salvo na forma de críticas relativas ou ao engajamento nas lutas populares.

Nota-se, portanto, o interesse dos grupos dominantes em reforçar a imagem de uma igreja tradicionalista, submissa, com os poucos espaços de engajamento social restritos à cúpula.

Com relação às igrejas evangélicas, o quadro também é grave. Sendo recente sua introdução nos periódicos nacionais, estes optaram por um noticiário com enfoque sensacionalista com destaque apenas para o fisiologismo de alguns deputados federais evangélicos ou a possível exploração financeira exercida pelos dirigentes do Pentecostalismo Autônomo. Além desta ênfase, a visão reducionista se manteve, já que esses deputados eram apresentados como os representantes das igrejas evangélicas, bem como dirigentes dessas igrejas. Trabalhos socialmente engajados, pronunciamentos consequentes sobre questões nacionais, práticas ecumênicas e alternativas são imagens veladas aos leitores, que passam a conhecer os evangélicos como políticos corruptos e pastores caçadores de fortunas.

Deturpação intencional? — Outra arma poderosa na manipulação do noticiário é a omissão e a deturpação de informações. Nos últimos meses especialmente, as igrejas do Pentecostalismo Autônomo foram destaque das páginas da "grande imprensa". O que motivou isto foi a grande concentração promovida pela Igreja Universal do Reino de Deus na Sexta-Feira Santa no Maracanã. Além de reunir quase 300 mil pessoas — fato que já merece

destaque —, uma mulher morreu no local, após sofrer um ataque cardíaco.

Nas séries de matérias publicadas pelos jornais a partir do fato, constata-se uma longa lista de equívocos profundos sobre as igrejas evangélicas brasileiras. "Os protestantes tradicionais não acreditam na participação do Espírito Santo nos cultos" — sem nenhum fundamento — é um exemplo. Freqüentes são as confusões sobre o sentido do dízimo (contribuição mensal de 10% do salário às igrejas) e do ofertório nos cultos e na classificação das diversas denominações evangélicas como religiões e outros erros crassos. Os títulos também estiveram recheados de desinformação manipuladora, o que é ainda mais preocupante. O hábito de leitura é pouco cultivado no Brasil, por isso, os títulos das notícias têm grande poder sobre os leitores e servem como "resumo" dos textos.

Essa prática jornalística em relação às igrejas exige uma profunda reflexão sobre o conteúdo ideológico transmitido pela "grande imprensa". Muitas vezes este alerta é feito apenas em relação ao noticiário político ou econômico. Os grupos dominantes, que controlam os meios de comunicação, estão atentos aos movimentos sociais. Fica nítido que as informações qualificadas sobre as igrejas têm sido sonegadas pelo fato de existirem segmentos seus que nos últimos anos têm assumido posturas favoráveis às lutas populares, consequência da sua opção pela Vida.

Reconhecer este fato é o primeiro passo para uma visão crítica do tratamento da relação igreja e sociedade no Brasil, pelos órgãos informativos de maior circulação.

Títulos da grande imprensa

"Castigos garantem pagamento do dízimo" (*O Estado de S. Paulo*, 07/01/90)

Uma mulher acreditava que sua vida era ruim por castigo de Deus, por isso ligou-se a uma igreja evangélica

"Calote evangélico na TV Record" (*Jornal do Brasil*, 15/01/90)

Questões da compra da TV Record pela Igreja Universal do Reino de Deus

"Tuma manda apurar se 'bispo' faz remessa ilegal de dólar"

(*Jornal do Brasil*, 17/04/90)

"Polícia procura 'bispo' evangélico" (*O Estado de S. Paulo*, 18/04/90)

Sobre o bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus

"Igreja de muitos partidos já pede votos" (*Correio Braziliense*, 03/07/90)

Envolvimento de fiéis da Igreja Católica nas campanhas políticas

"Corrida presidencial vira ato ecumênico — Evangélicos e esotéricos

se unem a Collor" (*O Globo*, 30/07/90)

Sobre uma das corridas dominicais do presidente Fernando Collor, acompanhado por um grupo dos chamados "Atletas de Cristo" e de integrantes de uma seita esotérica.

Remédio amargo

Nando Neves/Imagens da Terra



Quando quer, a Globo pratica jornalismo da melhor qualidade

O Globo Repórter levado ao ar no dia 15 de maio sobre a exploração da boa-fé do público cometida pela Igreja Universal do Reino de Deus foi uma demonstração cabal de que na Globo impera o ditado口号: "Aos amigos, tudo, aos inimigos, a lei". Ou, na versão global do ditado: "Aos amigos, tudo, aos concorrentes, o jornalismo investigativo".

Foi uma brilhante edição do Globo Repórter. A charlatanice desse culto evangélico que lotou o Maracanã na última Sexta-Feira Santa foi

desnudada, peça por peça. Mas não é por acaso que o fundador e virtual proprietário da seita, Edir Macedo, 43 anos, foi feito em pedacinhos. Por US\$ 45 milhões ele comprou, recentemente, a Rede Record.

No próprio programa, Macedo afirma que não pretende fazer da Record um instrumento de disseminação de sua igreja. Trata-se, segundo o pastor, de um empreendimento comercial. A mesma garantia ele já transmitiu, longe das câmeras, aos executivos que contratou para dirigirem a emissora.

A reportagem é sobre a exploração da boa-fé, mas o alvo da Globo é uma emissora hoje decadente, mas que pode se tornar, com os dólares da Igreja Universal, numa concorrente de peso.

O programa mostrou em detalhes a cerimônia no Maracanã, onde a seita reuniu 150 mil pessoas e conseguiu arrecadar algo em torno de Cr\$ 30 milhões. Médicos, psiquiatras, religiosos católicos e pastores de cultos evangélicos tradicionais foram convocados a opinar. Cenas no Rio, São Paulo, Salvador, Recife, Curitiba e Nova York. Imagens fortes do mais degradante mundo-cão. Uma produção esmerada, ágil.

Estamos hoje muito distantes do ideal dos profetas da unidade evangélica como José Manuel da Conceição, Erasmo Braga, Eduardo Carlos Pereira, Epaminondas Melo do Amaral, ou ainda do Conselho Missionário Internacional, que preconizaram a necessidade de arraigar o protestantismo aos valores culturais do Novo Mundo, e sacudir o jugo das divisões confessionais ou denominacionais que dividiram o protestantismo nos países do Hemisfério Norte em séculos anteriores.

No Brasil as denominações e igrejas de origem reformada, engalfinhadas entre si, porém todas engolfadas no pietismo e no fundamentalismo, não conseguiram realizar o sonho dos pioneiros. Suas crises e desgastes somente cederam lugar ao protestantismo ultraconservador norte-americano e ao surgimento de novas expressões denominacionais sectárias e cada vez mais distantes da contribuição protestante. Uma dessas novas expressões é o pentecostalismo, especialmente o que chamamos de *Pentecostalismo Autônomo*.

Nos últimos trinta anos, só se torna importante aquilo que chega à televisão, em nosso país. Quando a novela "Tieta do Agreste" introduziu o personagem de um pastor, tornou-se pacífico que o fenômeno do pentecostalismo estava definitivamente incorporado à vida brasileira.

Recentemente as redes de televisão Manchete e Globo focalizaram o fenômeno do pentecostalismo, em particular a Igreja Universal do Reino de Deus, criada e liderada pelo sr. Edir Macedo. (Ela, a igreja — ou ele —, a partir do Rio de Janeiro, já possui uma rede nacional e filiais no exterior.) Das imagens e depoimentos, foi possível projetar um perfil do pentecostalismo através de algumas características fundamentais.

A herança renegada — O que primeiramente chama a atenção é o uso do texto bíblico. Num dos depoimentos alguém que se denominou pastor deixou transparecer uma ignorância bíblica surpreendente. Isto decorre

do fato de que no Pentecostalismo Autônomo efetua-se a modalidade mais hipertrofiada de fundamentalismo: leitura e repetição constante de alguns versículos escolhidos para justificar práticas e "confirmar" doutrinas.

Sendo a Bíblia a base teológica e doutrinária das igrejas da Reforma, o uso negligente do texto é um indício do distanciamento do Pentecostalismo Autônomo em relação ao protestantismo no que este tem de essencial. O compromisso histórico está praticamente ausente do discurso e da religiosidade do Pentecostalismo Autônomo, o que se constitui, aliás, num elemento facilitador para qualquer proposta religiosa massiva.

A torcida de Jesus — A euforia e o fervor nos cultos e assembleias assemelham-se às manifestações das torcidas organizadas. Na proporção em que vão sendo interditadas aos fiéis as expressões culturais mais comuns, estas são canalizadas para os momentos cílicos, e paralelamente funcionam como catarse coletiva, que espanta os sofrimentos e o silêncio compulsório do cotidiano. O entusiasmo sendo sempre contagioso e consonante converte-se indiretamente num dispositivo proselitista, confere uma falsa identidade religiosa ao grupo, a qual escamoteia os níveis diferenciados de adesão e de crença entre os devotos.

Mística tupiniquim — No Pentecostalismo Autônomo, a ruína de qualquer tradição cede espaço ao emocionalismo que mescla a emoção mística comum aos congregamentos religiosos com a excitação dos espetáculos no estilo "programa de auditório". A Igreja Universal até mesmo abusa da fórmula de substituir letras de melodias da moda por versos religiosos, expediente de grandes virtudes mobilizadoras.

O uso das melodias populares mais divulgadas confere ao Pentecostalismo Autônomo outro verniz de modernidade em relação às confissões históricas que possuem

O programa foi ótimo, está dito. Mas, como afirmou a repórter Ilze Scamparini num dos trechos, "a Universal não é a única seita pentecostal que usa a promessa da cura e do exorcismo como atrativo; mas certamente é uma das que estão crescendo mais". Sim, "é uma das que estão crescendo mais" e não "uma das que mais crescem". Se é uma das que mais crescem, por que a reportagem não se deteve sobre as outras? Simples: nenhuma delas adquiriu uma emissora concorrente à Globo.

Ilze Scamparini entrevistou Edir Macedo. É jornalismo da melhor qualidade. Uma sequência de perguntas da repórter, como balas cuspidas de

metralhadora, deixa o pastor sem fôlego: 1) "O sr. usa óculos?"; 2) "Por que o sr. não jogou os óculos naquele dia no Marcañá?"; 3) "Mas como é isso pastor, me explica" (sobre o fato de ele não ter jogado seus óculos).

A sequência é excelente. Imagine agora uma sequência semelhante, em outra situação. Alexandre Garcia perguntando ao presidente Fernando Collor: 1) "O sr. gastou muito dinheiro na sua campanha, de onde veio?"; 2) "Mas o sr. acha que é possível com o dinheiro da sua família ou a contribuição de humildes filiados ao PRN fazer uma campanha bilionária como a sua?"; 3) "Mas como é is-

so, quer dizer que não houve empresários que o financiaram, me explique". Ou então Alexandre Garcia ou outro repórter da Globo numa outra sequência com Collor: 1) "O sr. acha legítimo imiscuir-se na vida íntima de seu adversário eleitoral, Lula, para vencer a eleição?"; 2) "Por que o sr. pagou 200 mil para Miriam Cordeiro dar aquele depoimento contra Lula?"; 3) "Agora, no governo, o sr. vai usar da mesma arma contra seus adversários?". É de rolar de rir.

Quando quer, a Globo é capaz de produzir jornalismo investigativo da melhor qualidade. (Folha de S. Paulo, 20/05/90)

Com base na matriz que favorece o clericalismo, os líderes do pentecostalismo autônomo exercem seu controle com mãos de ferro

hinologia própria. No momento em que a ideologia neoliberal inocula um conceito de modernização, essa imagem é bastante positiva junto à opinião pública.

Vontade de poder — A exorbitância de títulos e adjetivos é uma constante no discurso do Pentecostalismo Autônomo. São ferramentas com as quais inverte-se a realidade, transformando em príncipes e princesas aqueles que carecem de dignificação. Reforçam também a autoridade e o poder das lideranças geralmente alcunhadas de “anjos”, “profetas” ou “mensageiros de Deus”. Não é à toa que o líder maior da Igreja Universal se autodenomina “bispo”; fato aparentemente contraditório quando deliberadamente se rejeita qualquer tradição confessional.

A simbólica do poder religioso tem como consequência um tipo de pieguismo prepotente e por vezes agressivo, que concede aos que pertencem ao Pentecostalismo Autônomo um status de superioridade “espiritual” justificador de meios duvidosos de autodefesa e legitimador do ataque indiscriminado a todos os adversários e possíveis concorrentes.

Nando Neves/Imagens da Terra

Individualismo coletivista — A contradição na expressão individualismo coletivista tenta apontar um paradoxo do Pentecostalismo Autônomo: o mesmo aspecto que favorece e padroniza o comportamento massivo dá condições a cada qual de usufruir, a seu modo, dos bens simbólicos oferecidos.

É fato inédito no Brasil uma igreja evangélica manter uma oferta permanente de bens simbólicos, dos quais as pessoas podem-se apropriar a qualquer hora do dia e da noite. Isto cria uma modalidade religiosa compatível com o ritmo acelerado e até caótico dos centros urbanos, e que se assemelha às compras num supermercado. Esta é uma adaptação sócio-cultural que pode ser responsabilizada por boa parte do êxito do Pentecostalismo Autônomo.

A reprodução — Não há preocupação com catequese ou formação. O que vale são algumas palavras de ordem com referencial bíblico distante. Princípios claros e diretos são inculcados pelo discurso repetitivo e sucinto e emoldurados pelos cânticos que os reiteram.

As possibilidades de reprodução da proposta religiosa do Pentecostalismo Autônomo são numerosas. Sabendo-se que desenvolve seu proselitismo também através de outros meios além da palavra, o discurso desempenha a função preciosa de estabelecer um conjunto de valores básicos e simplistas, que qualquer pessoa pode guardar e facilmente reproduzir quando questionada.

Essa escala de valores não traz nenhuma novidade. São os velhos princípios socialmente aceitáveis e engendrados pela ordem estabelecida. É oportuno sublinhar que esses valores adestram as pessoas para cumprirem



fielmente seus papéis sociais. Disso decorrem as conquistas dos convertidos quanto à restauração de relações familiares e harmonia subjetiva. Contribuem ainda para a ascensão social, porquanto produzem trabalhadores "exemplares" e patrões mais "generosos".

Verticalidade do poder — Com base na matriz religiosa que sempre favorece o clericalismo, conquanto destaque o papel dos mediadores, as lideranças religiosas do Pentecostalismo Autônomo exercem seu controle ideológico e administrativo com mão de ferro. Um dos postulados mais importantes da Reforma do século 16 — o sacerdócio universal do crentes — é substituído por uma prática que recruta o trabalho de todos e se aproveita dele, mas que veta qualquer tipo de poder decisório aos leigos, mormente no que diz respeito ao controle financeiro.

O autoritarismo travestido em um messianismo recebe amplo apoio visto que barganha a autonomia de ação e pensamento pela segurança obstinadamente buscada, e que tem sua realização quando dá resposta às questões últimas da existência. É incalculável o sacrifício a que se podem submeter as pessoas para alcançar tal benesse.

As mediações — Onde mais se destaca a convergência do Pentecostalismo Autônomo com a matriz religiosa é no uso inusitado de objetos como mediação do sagrado. Isto seria impensável em qualquer igreja de tradição protestante, enquanto no Pentecostalismo Autônomo é largamente utilizado, até de forma bizarra. A própria Bíblia, mais que nada, é um amuleto, já que é pouco lida, e é manejada apenas nos atos de exorcismo e noutras cerimônias, como fonte de virtudes excepcionais, ao la-

O crescimento do pentecostalismo autônomo demonstra que sua proposta está em sintonia com a demanda espiritual do povo

do dos sacramentos. Também estes são interpretados segundo uma perspectiva utilitarista.

Conclusão — Estes indícios, apontados a partir das imagens e depoimentos que nos foram trazidos pela televisão, não são uma exclusividade do Pentecostalismo Autônomo. Na realidade esses elementos, numa combinação distinta, se fazem presentes nas muitas alternativas que o campo religioso brasileiro oferece.

Entretanto, o crescimento numérico do Pentecostalismo Autônomo e sua extraordinária capacidade de mobilização demonstram que a proposta oferecida está em sintonia com as demandas espirituais da população brasileira de todas as camadas sociais.

No futuro, o carisma deverá rotinizar-se, e os remanescentes serão talvez poucas denominações mais próximas da tradição evangélica do que na atualidade. Porém, a originalidade que hoje o Pentecostalismo Autônomo apresenta tem sido suficiente para provocar a adesão direta ou indireta de milhões de brasileiros. Ao contrário da "grande imprensa", interessa refletir sobre o povo, que necessita um remédio assim, ainda que amargo.

Nando Neves/Imagens da Terra



Bate-boca entre 'irmãos'

Em abril, o ex-presidente do PDC do Ceará Willie Monteiro fez uma incômoda pergunta ao representante do partido na Câmara, Gidel Dantas, da Assembléia de Deus: "Onde foram parar os quase Cr\$ 300 milhões concedidos à Confederação Evangélica do Brasil (CEB)?" A concessão de recursos à CEB foi um dos mecanismos utilizados pelo governo Sarney para conseguir apoio da bancada evangélica, principalmente dos vinte deputados pentecostais (excluídos os de esquerda), comandados por Gidel Dantas — na época, vice-líder do governo — nas votações da Constituinte. Em poucos meses, a entidade obteve Cr\$ 110 milhões da LBA, Cr\$ 50 milhões do Ministério do Planejamento e Cr\$ 30 milhões do Ministério da Educação, entre outras contribuições.

A curiosidade de Monteiro sobre o destino do dinheiro não foi satisfeita, mas o bate-boca que se seguiu à pergunta recebeu amplo espaço na imprensa do Ceará. Antigo companheiro de Gidel na Assembléia de Deus e na política, Willie Monteiro acusou o parlamentar de ter trocado suas raízes religiosas pela aliança com os poderosos e uma vida de "luxúria e esbanjamento", como definiu. "Gidel agora só pensa em dinheiro, em grandes negócios". O deputado defendeu-se das afirmações com uma bateria de acusações contra Monteiro, entre elas a falta

de pudor, acompanhadas da ameaça de processo por calúnia. Monteiro também decidiu apelar à Justiça, mas para exigir que fosse esclarecido onde foi aplicado o dinheiro que conseguiu de Sarney.

"Como evangélico, quero saber se os recursos tiveram o destino para os quais foram pleiteados", exigia Willie Monteiro, que dizia falar em nome de um grupo de religiosos que se sentiam enganados com sua atuação na Câmara. Embora concorresse pela legenda do PMDB, Gidel se elegeu mais facilmente porque pôde usar o tempo do PDC na televisão, graças à ajuda de Monteiro. Gidel atribuiu as acusações de Monteiro a uma manobra de adversários políticos para desacreditá-lo em razão da proximidade das eleições.

"O caso está com a Justiça", dizia ele, esquivando-se porém de revelar onde aplicou o dinheiro arrecadado em nome da Confederação Evangélica do Brasil. Em sua defesa, o parlamentar criticou as comparações entre os representantes do Congresso, das igrejas protestantes históricas, com os da Igreja Universal do Reino de Deus, insinuando que estes seriam os únicos culpados de irregularidades. "Não aprovo os métodos da Universal", dizia, esquecendo-se que também é um representante de uma igreja pentecostal renovadora. (Fonte: *Jornal do Brasil*, 17/6/90)

Nando Neves/Memória



Pentecostalismo e política partidária

"Antes do partido, olhamos os interesses do povo evangélico e o que podemos conseguir para ele" (Deputado estadual e pastor pentecostal de Minas, do PRN — *Jornal do Brasil*, 17/06/90)

Durante muitos anos uma afirmação é aceita de forma mais ou menos unânime nas igrejas evangélicas: "evangélico não se mete em política e muito menos a igreja". Hoje, essa falsa afirmação, falsa desde sua origem, desmascarou-se por completo. Os grandes jornais diários do país têm noticiado, com ênfase, a participação dos evangélicos e das igrejas na prática política, inclusive partidária.

A formação da chamada "bancada evangélica", na Assembleia Nacional Constituinte, foi alvo de destaque no cenário político brasileiro. E o que é mais lamentável: usava sempre envolvida em negociações, na busca de favores pessoais ou das próprias comunidades e votando, na maioria das vezes, contra os interesses do povo. É certo que houve honrosas exceções, como sempre, confirmadas da regra.

A maioria absoluta desses políticos origina-se das numerosas e diversificadas igrejas chamadas pentecostais. Essas comunidades, formadas essencialmente pelas cam-

das mais pobres da população, constituem-se no maior contingente evangélico do Brasil hoje.

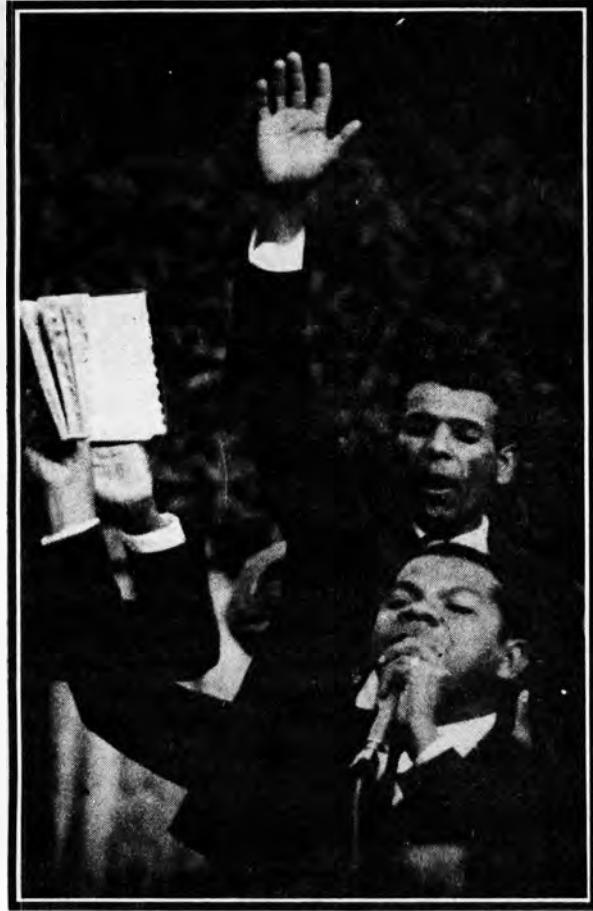
O envolvimento de pentecostais na prática política tem crescido ininterruptamente nos últimos anos, de forma pública e notória. Para as próximas eleições já se proclama que pentecostais farão uma bancada de mais de cinqüenta deputados federais e apresentarão candidatos ao Senado e aos governos estaduais.

A participação política dos pentecostais pode-se dar por iniciativa individual ou mesmo com o apoio explícito da comunidade eclesiástica. Assim acontece, por exemplo, com os candidatos oficiais da Igreja Universal do Reino de Deus. Esta vem funcionando nesses casos como verdadeiro partido político. Os seus fiéis votam maciçamente nos candidatos indicados pela direção da Igreja, independentemente da sigla partidária. Constatase, também, que esses partidos estão sempre aliados ao poder dominante.

Sobre essa atitude da Igreja assim escreveu Raimundo Faoro em *IstoÉ Senhor* de 27 de junho: "Não deixa de ser singular, numa indireta fraude constitucional e ao sistema democrático, que um grupo de pressão — na verdade integrante do 'establishment' — atue e exerça as funções de partido político. Não só isso, mas pior do que isso. Desempenha todas as funções de um partido

Douglas Mauá/Imagens da Terra





O envolvimento de pentecostais na prática política tem crescido ininterruptamente nos últimos anos, de forma pública e notória

sem ser um partido, servindo-se dos existentes. À fraude soma-se aqui a impostura".

Em Porto Alegre, a imprensa noticiou que o Conselho de Pastores da Assembléia de Deus selecionou sete candidatos da igreja que estariam em condições de ser eleitos, no Rio Grande do Sul, nas próximas eleições.

Assim o decantado apoliticismo dos evangélicos, e principalmente dos pentecostais, vai sendo desmascarado, de forma cada vez mais evidente, nos últimos tempos.

Deve-se reconhecer, a bem da verdade, que para uma parcela de evangélicos, das igrejas históricas e também das pentecostais, a participação na política é uma natural decorrência de sua fé, que os leva a um compromisso de luta em favor da democracia, da liberdade e da justiça. Esses grupos nunca defenderam uma posição alienada e apolítica dos evangélicos.

Partido político — Não se pode negar a fragilidade dos partidos políticos no Brasil. São agremiações formadas, quase sempre, para atender a interesses pessoais ou em virtude de conjunturas políticas específicas. São conhecidas as chamadas "legendas de aluguel", que mudam de posição política de acordo com os interesses dos seus proprietários. É certo, entretanto, que existem alguns partidos, ainda que poucos, que procuram manter uma coerência política e são detentores de uma proposta global para a sociedade.

Para a grande maioria dos políticos evangélicos, incluindo especialmente os pentecostais, a questão partidária não tem importância relevante. São apenas instrumentos para se chegar ao poder. Há um conhecido e velho deputado federal evangélico, pelo Rio de Janeiro, que já passou por não se sabe quantos partidos, sem nenhuma coerência ideológica, sempre se aproveitando das conjunturas políticas para se eleger. Não é preciso dizer que sempre está filiado ao partido no poder.

A decantada e insustentável fórmula de que "evangélico vota em evangélico", tão desmoralizada ultimamente, continua sendo usada por esses sedentos de poder e, infelizmente, ainda encontra receptividade em grande parte do povo simples das igrejas.

São raros os políticos evangélicos que têm militância partidária. Geralmente, à última hora, se acercam de uma legenda para concorrer à eleição. Os partidos, de forma interesseira, abrigam esses candidatos porque poderão fortalecer-se com votos cativos de evangélicos. Depois de eleitos, o "negócio" já foi feito, e a coerência política e a fidelidade partidária não são assuntos para serem levados a sério.

"Antes do partido, olhamos o interesse do povo evangélico e o que podemos conseguir para ele" são palavras comuns em quase todos os parlamentares evangélicos. Aqui há uma dupla instrumentalização: a do partido e a do povo evangélico.

As igrejas, muitas vezes, chegam a declarar, claramente, que há interesse financeiro na eleição de parlamentares evangélicos. afirmam que isso é bom "porque as contribuições são maiores", pensando no décimo dos altos salários que os deputados recebem, como foi alardeado por um dirigente pentecostal gaúcho.

Para contrastar essa atitude interesseira, têm surgido evangélicos das diversas denominações, parlamentares ou não, cujo compromisso político está baseado nos interesses maiores do povo que devem estar refletidos também numa proposta partidária.

Prática política — Infelizmente a prática política de muitos políticos evangélicos, incluindo os pentecostais, caracteriza-se por um assistencialismo quase sempre restrito ao povo da igreja, à defesa de interesses particulares próprios ou da sua comunidade, à construção de uma infra-estrutura ou rede de comunicação que garanta sua reeleição, e uma política de empreguismo que favoreça parentes, amigos, membros das igrejas ou cabos eleitorais. Para isso todos os métodos são válidos, como barganhas de todos os tipos, muitas vezes excusas e reprováveis. Isso ficou evidente no momento da decisão

Deputados evangélicos na Câmara Federal

Independentes

- **Benedita da Silva (PT-RJ)** — Assembléia de Deus
- **Celso Dourado (PSDB-BA)** — Presbiteriana
- **Edésio Frias (PDT-RJ)** — Batista
- **José Fernandes (PDS-AM)** — Assembléia de Deus
- **Lézio Satler (PSDB-ES)** — Presbiteriana
- **Lysâneas Maciel (PDT-RJ)** — Cristã de Confissão Reformada
- **Nelson Aguilar (PDT-ES)** — Batista

Centrão

- **Antônio de Jesus (PMDB-GO)** — Assembléia de Deus
- **Arolde de Oliveira (PFL-RJ)** — Batista
- **Costa Ferreira (PFL-MA)** — Assembléia de Deus
- **Daso Coimbra (PRN-RJ)** — Congregacional
- **Edvaldo Holanda (PSC-MA)** — Batista
- **Eliel Rodrigues (PMDB-PA)** — Assembléia de Deus

- **Enoc Vieira (PFL-MA)** — Batista
- **Eunice Michilles (PFL-AM)** — Adventista
- **Fausto Rocha (PRN-SP)** — Batista
- **Gidel Dantas (PDC-CE)** — Assembléia de Deus
- **Jayme Paliarin (PTB-SP)** — Evangelho Quadrangular
- **João de Deus (PDS-RS)** — Assembléia de Deus
- **José Viana (PMDB-RO)** — Assembléia de Deus
- **Levy Dias (PFL-MS)** — Presbiteriana Independente
- **Manoel Moreira (PMDB-SP)** — Assembléia de Deus
- **Mário de Oliveira (PRN-MG)** — Evangelho Quadrangular
- **Matheus Iensen (PMDB-PR)** — Assembléia de Deus
- **Milton Barbosa (PFL-BA)** — Assembléia de Deus
- **Naphitali Alves (PMDB-GO)** — Cristã Evangélica
- **Orlando Pacheco (PFL-SC)** — Assembléia de Deus
- **Roberto Augusto (PTB-RJ)** — Universal do Reino de Deus
- **Roberto Vital (PRN-MG)** — Batista Renovada
- **Rubem Branquinha (PMDB-AC)** — Presbiteriana
- **Salatiel Carvalho (PFL-PE)** — Assembléia de Deus
- **Sotero Cunha (PDC-RJ)** — Assembléia de Deus.

sobre a duração do mandato do ex-presidente Sarney. A negociação da parte da maioria da bancada evangélica para conceder os cinco anos foi um escândalo nacional. Votos eram trocados por concessões de canais de rádio e outros favores. Coerência política, ética evangélica, interesses maiores da população não pesavam frente à voracidade de se conseguirem benesses particulares.

A prática política desses deputados não se volta para os grandes problemas nacionais, com as quais naturalmente deveriam ter compromisso. O que importa são as medidas que podem favorecer a interesses menores do seu restrito eleitorado e que lhes garantam retorno para a próxima disputa eleitoral. São verdadeiros "despachantes de luxo", muito bem pagos, para resolverem problemas de suas igrejas e de seus amigos.

Não é de se estranhar, portanto, que esses deputados fisiologistas tenham se juntado ao agrupamento político da Constituinte chamado "Centrão", tornado célebre pelo slogan "é dando que se recebe". Esta voracidade dos chamados deputados evangélicos em conseguir vantagens pessoais e para seus amigos assustou até os velhos políticos que dominavam o governo.

Felizmente têm sido reconhecidas pela sociedade a postura e a coerência política de alguns evangélicos, portadores de cargos eletivos ou não, que têm sido intransigentes defensores dos direitos humanos, das causas dos trabalhadores e dos ideais democráticos. Colocam a sua prática política a serviço do povo sofrido e pobre e não simplesmente aos interesses do seu eleitorado.

Onde as esperanças? — Felizmente os movimentos populares ganharam mais consistência e consciência polí-

Muitos pentecostais estão assumindo cargos importantes nos sindicatos e associações de bairro

tica nos últimos anos. A problemática social é tão intensa, o empobrecimento do povo é tão acelerado, as reivindicações populares são tão urgentes que se torna impossível que os trabalhadores evangélicos, também pobres e explorados, fiquem insensíveis a essas lutas. A participação nesses movimentos está possibilitando o alargamento da visão política de muitos membros das igrejas pentecostais, que estão assumindo cargos importantes nos sindicatos e associações de bairro. Com essa militância política e social começam a observar que a afirmação de que "irmão vota em irmão" é muitas vezes enganadora e que a opção política passa por outros critérios, que não o de ser membro de uma igreja evangélica.

A prática política dos últimos anos tem sido, por si só, prova de que o simples fato de ser evangélico não é garantia de uma atividade política consciente e comprometida com os problemas do nosso povo e com a construção de uma sociedade democrática e justa.

Como sinal de esperança, observa-se também o surgimento de novos militantes políticos evangélicos comprometidos com uma proposta democrática e coerentes com os ideais do Reino de Deus.

Indicações para leitura

Livros

⇒ *O que é Pentecostalismo*

Francisco Cartaxo Rolim — Editora Brasiliense

O pentecostalismo como religião nascida do protestantismo. O centro desta doutrina é o batismo no Espírito Santo.

⇒ *Os demônios descem do Norte*

Delcio Monteiro Lima — Editora Francisco Alves

Análise das manipulações políticas das seitas no Brasil por forças comprometidas no jogo da bipolarização internacional.

⇒ *A Igreja eletrônica e seu impacto na América Latina: convite a um estudo*

Hugo Assmann — Editora Vozes — WACC/ALC

Os programas religiosos nos meios de comunicação. O contexto que origina essa manipulação dos sentimentos religiosos e por que atinge os setores mais empobrecidos das classes subalternas.

⇒ *Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa*

Francisco Cartaxo Rolim — Editora Vozes

Contribuição aos estudos sociológicos, antropológicos, teológicos e pastorais sobre o fenômeno do pentecostalismo.

⇒ *Os escolhidos de Deus*

Regina Novaes — Editora Marco Zero

Pesquisa sobre participação e compreensão política de lavradores pentecostais no Nordeste.

Aconteceu

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129 - 22211 - Rio de Janeiro - RJ

Fone: (021) 242-8847 - Fax: (021) 205-5993

Av. Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP

Fone: (011) 825-5544 - Fax: (011) 825-7861

Editor: Edmílson Zanetti (MTb 15.192)

Editor de arte: Flávio Irala

Secretaria de redação: Beatriz Araújo Martins

Diagramação: Marta Cerqueira Leite Guerra

Paginação: Alfredo Coelho

Programa de Assessoria à Pastoral Suplemento especial do nº 548

1990

Pesquisa, redação e edição: Carlos Cunha, Jether Ramalho, José Bittencourt Filho, Magali do Nascimento Cunha, Paulo Roberto Salles Garcia

Artigos

⇒ "Documento del Vaticano sobre las sectas y nuevos movimientos religiosos"

Cristianismo y Sociedad (abril-junho/86)

Secretariado do Vaticano sobre a unidade dos cristãos Um estudo geral sobre a presença e atividades de seitas e de novos movimentos religiosos.

⇒ "Religião e Comunicação"

Luis Paulo Horta, *Jornal do Brasil* (24/02/90)

Reflexão sobre o uso da mídia eletrônica pela religião. Aponta essa nova forma de comunicação religiosa como próxima ao 'show de variedades'.

⇒ "America Latina: objetivo de los evangelicos"

CEDOH especial (agosto/89)

Uma visão do crescimento do protestantismo na América Latina, afirmando estar ligado à crescente preocupação com a responsabilidade social dos cristãos.

⇒ "Surgimento e expansão do pentecostalismo no Brasil"

Oneide Bobbin, *Ceca* (julho-setembro/89)

Os precedentes históricos do protestantismo e do pentecostalismo no Brasil. Termina analisando o atual engajamento político dos pentecostais.

⇒ "Os pentecostais e as igrejas protestantes históricas"

Ernesto Barros Cardoso, *Ceca* (julho-setembro/89)

As diferenças formais e de conteúdo entre protestantismo histórico e pentecostalismo; uma semelhança: ambos enfatizaram a negação do mundo.

⇒ "Comunidades eclesiás de base e grupos evangélicos pentecostais: semelhanças e diferenças"

José Ivo Follmann, *Ceca* (julho-setembro/89)

Contribuição à discussão sobre semelhanças e dissimilaridades das CEBs e do pentecostalismo. As CEBs seriam "progressistas" e os pentecostais, "conservadores".

Documentos avulsos

⇒ *Nuevos Movimientos Religiosos (Cuenca)*

Comunicado de la consulta de obispos católicos y pastores protestantes de A.L. y el Caribe Análise dos movimentos religiosos contemporâneos nas dimensões sócio-política, antropológica, teológica-pastoral, teológica.

⇒ *Uma guerra santa no país dos sincretismos*

Mariza de Carvalho Soares

Análise antropológica da Igreja Universal do Reino de Deus.

⇒ *Dossiê: novos movimentos religiosos na América Latina e Caribe*

CEDI

Reunião de vários artigos de jornais e revistas, e também debates sobre o assunto